



# PLANO DE GOVERNO



PARA PREFEITO  
**LEONARDO  
QUINTÃO**  
*Vice Eros Biondini*

# EXPEDIENTE

**Coordenação Geral:** Leonardo Quintão  
**Coordenação Política:** Eros Biondini  
**Coordenação Técnica:** Itamar de Oliveira  
**Assessoria de Comunicação:** Leidiane Vinhal  
**Revisão:** Lúcia Iannini  
**Apoio Administrativo:** Joselyse de Abreu

## **Colaboradores:**

Aníbal Teixeira  
Antônio Machado  
Antônio Milton  
Diva Moreira  
Fernando Pinto  
Haroldo Jackson Santos  
Hilda Moraes  
João Alberto Paixão Lages  
José Saraiva Felipe  
Juliana Maron  
Maria Elvira Salles Ferreira  
Raquel Faria  
Ricardo Capuccio  
Rodrigo Amaral  
Ronaldo Guimarães Gouvêa  
Sérgio Dâmaso  
Vanderlei Lourenço

## **Fotos:**

[www.sxc.hu](http://www.sxc.hu)  
Tiago Megale  
Kadu Santos

*Coligação Belo Horizonte para Você - PMDB / PHS*  
CNPJ: 09.897.235/0001-00  
CNPJ da Gráfica: 09.589.909/001-00  
Tiragem: 1000 exemplares

# ÍNDICE

	<b>PÁGINA</b>
<i>Compromisso com Belo Horizonte</i>	<b>4</b>
<i>Novo Projeto Político para Belo Horizonte</i>	<b>5</b>
<i>A Hora da Vitória</i>	<b>6</b>
<i>Viva o novo, Viva a Diferença</i>	<b>7</b>
<i>Uma Leitura do Cenário Político de Belo Horizonte</i>	<b>8</b>
<i>Depoimentos</i>	<b>10</b>
<i>Cultura e Diálogo com Agentes Culturais</i>	<b>12</b>
<i>Segurança e Defesa da Comunidade</i>	<b>13</b>
<i>Demandas do Turismo</i>	<b>17</b>
<i>Desenvolvimento Econômico e Gestão Pública Transparente</i>	<b>18</b>
<i>Educação, Inovação e Transformação</i>	<b>19</b>
<i>Esporte e Qualidade de Vida</i>	<b>23</b>
<i>Habitação Popular</i>	<b>24</b>
<i>Retrospectiva Histórica e Importância Urbanística de Belo Horizonte</i>	<b>25</b>
<i>Belo Horizonte Sustentável</i>	<b>27</b>
<i>Movimentos Sociais: Afro-Brasileiro</i>	<b>29</b>
<i>Movimentos Sociais: Juventude</i>	<b>31</b>
<i>Movimentos Sociais: Mulher</i>	<b>32</b>
<i>Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana</i>	<b>33</b>
<i>Saúde</i>	<b>35</b>
<i>Tecnologia de Informação e Comunicação Social</i>	<b>37</b>

# COMPROMISSO COM BELO HORIZONTE

Meu primeiro compromisso é com a verdade. Minha administração terá como respaldo a transparência. Porque não há como estabelecer mudanças sem o crivo da honestidade. Valores e princípios serão o norte de nosso trabalho, o bem de todos e de cada um, a nossa meta.

Meu principal projeto como Prefeito será investir nas pessoas. Meu esforço contínuo será construir uma administração realmente a serviço da população. Para isso, os canais de comunicação serão ampliados. Os mecanismos que possibilitem ao cidadão interagir com a sua prefeitura terão prioridade de investimentos. Pois é impossível realizar um bom governo sem ouvir.

Com este desejo no coração pautamos a elaboração deste Plano de Governo. Um documento construído por muitas mãos e muitas vozes. Um instrumento norteador e pioneiro de um projeto mais amplo que irá envolver todos os atores sociais da nossa cidade. Porque tenho convicção que a multiplicação deste conjunto de idéias e diretrizes se dará no exercício de um mandato participativo à serviço do coletivo.

Em meu exercício público como legislador, pude comprovar a eficácia desse modelo. Na Câmara Municipal, Assembléia de Minas e na Câmara Federal, meu principal alicerce foi o compromisso com os interesses coletivos, pois estes sim resultam em ações verdadeiramente eficazes para o desenvolvimento.

Porque uma cidade, um estado e um país não são um conjunto de estruturas arquitetônicas, asfaltos e espaços geográficos apenas. Uma cidade são suas pessoas, são as lutas diárias pela sobrevivência, são os pequenos momentos de alegria que todos perseguimos. Dessa maneira, é impossível se construir um governo que atenda aos anseios dessa multiplicidade de cores, amores e dores sem um maestro que saiba harmonizar os timbres de cada nota e afinação de cada instrumento.

Chegou a hora de mudar. A alternância é importante para arejar a máquina administrativa com um programa de governo que valoriza o cidadão. É mais do que possível conciliar política e ética; política e honra; política e inovação.

No cenário atual, com a enorme fragmentação partidária, o PMDB se une ao PHS para disputar e conquistar a prefeitura de Belo Horizonte.

O PMDB é o maior partido brasileiro.

O PHS é a maior novidade na política brasileira. Um partido aberto ao diálogo com uma bandeira humanista que nos identifica na vontade comum de oferecer a Belo Horizonte um novo jeito de governar para todos.

Juntos pretendemos inovar e transformar a gestão de Belo Horizonte, com mais recursos humanos e materiais. Teremos a melhor escola pública municipal do Brasil. Vamos construí-la com os pais, os professores, os alunos e os servidores que terão orgulho de nossa educação. Nossa escola ensinará a pensar e a agir de forma solidária e participativa.

A saúde será tratada como sinônimo de qualidade de vida. Seremos criativos para tornar a saúde um direito dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Cuidaremos de capacitar todos os que buscam inserção no mercado de trabalho.

Precisaremos do apoio e da participação das escolas, das universidades, dos sindicatos e das entidades empresariais para que o capital e o trabalho se unam em prol do bem comum.

Como brasileiro meu compromisso é com a nação. Como Pemedebista, busco firmar e reforçar os pilares da democracia. Como político, minha luta é pela justiça social e minha preocupação é com as pessoas. Percorri todas as etapas necessárias para ser candidato; mais do que isso: adquiri experiência e mais conhecimento com cada mandato. Quero, acima de tudo, buscar a valorização das pessoas.

Não proponho aqui uma administração baseada no sonho, mas na vontade. Nem tão pouco, estou cheio somente de esperança, mas sim de experiência. Nem quero pautar-me em promessas e sim nas realizações. Por isso sei e estou convicto que é possível fazer mais e melhor.

  
**Leonardo Quintão**

Deputado Federal

Coordenador Geral do Programa de Governo

# NOVO PROJETO POLÍTICO PARA BELO HORIZONTE

Nós, do Partido Humanista da Solidariedade, norteados pelos princípios da inalienável dignidade da pessoa humana, a primazia do bem comum, a primazia do trabalho sobre o capital, a universalidade dos bens, a subsidiariedade e a solidariedade, não estamos satisfeitos com a condução política da administração municipal de Belo Horizonte.

Entendemos que a cidade - qualquer cidade - deve ser administrada tendo em vista o bem comum. E, no caso das cidades brasileiras, assegurando os direitos sociais de grandes segmentos da população que não possuem sequer o direito básico de viver em paz e de forma condizente com sua inalienável dignidade.

Faz tempo que alguns partidos se juntaram para instituir uma espécie de condomínio, visando a favorecer seus interesses particulares, que foram se traduzindo em projetos continuístas e de manobra política, em detrimento dos verdadeiros anseios da sociedade.

Sonhamos com uma cidade mais humana e solidária. Em razão disso, planejamos uma candidatura própria do PHS à prefeitura da Capital, visando a despertar e estimular nossa gente para uma efetiva participação na construção de seu destino.

Resolvemos, entretanto, participar de uma caminhada de luta ao lado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o partido de Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e Pedro Simon.

Temos uma grande responsabilidade diante da população. Entendemos que após a redemocratização do País algumas realizações da prefeitura melhoraram a vida dos belo-horizontinos. Cada prefeito, com os limites e as limitações de sua época, deixou marcas.

Acreditamos que chegou a hora de oferecer um novo e inédito projeto político para a população de Belo Horizonte.

Uma administração aberta à participação de todos. Com uma diferença: teremos uma prefeitura comprometida com as pessoas. Com a ultrapassagem de problemas como a educação, saúde e mobilidade urbana que hoje parecem insuperáveis com o curso e o discurso da atual Administração Municipal aparelhada partidariamente.

Esta proposta de programa de governo, ainda que imperfeita, é um documento que oferecemos à

comunidade para assegurar que desejamos construir um novo projeto político para a Capital de Minas.

Lutaremos para vencer e o nosso programa poderá incorporar propostas que o transformem em bússola para uma nova etapa na caminhada política de nossa cidade.

A todos que contribuíram para a formulação e a elaboração deste documento os nossos agradecimentos.

Acreditamos que é possível aproveitar tudo de bom que a cidade construiu ao longo do tempo. Mas, temos a ousadia de propor um novo projeto político que ultrapasse as formas populistas, neoliberais e pró-capitalistas de governar a cidade.

O solidarismo humanista é o novo caminho que oferecemos ao povo de Belo Horizonte.

**Eros Biondini**

*Deputado Estadual*

*Coordenador Político do Programa de Governo*



# A HORA DA VITÓRIA

Centenas de pessoas participaram da elaboração deste documento. Gente que pensa, sonha e trabalha por uma Belo Horizonte mais humana, que saiu da regra e do compasso positivista de Aarão Reis e tornou-se a Capital de Juscelino Kubitschek, Sergio Ferrara, Pimenta da Veiga, Patrus Ananias e Cêlio de Castro.

Em cada tempo uma idéia, um líder, um partido e um povo empunhando novas bandeiras e ampliando os horizontes da cidade.

J K é a grande referência. Ele foi o Prefeito que uniu a cidade, uniu os mineiros e retirou dos brasileiros o complexo de inferioridade.

Com um sorriso aberto nos lábios, um plano de metas na cabeça e um sonho no coração, inventou uma nova BH e plantou, no planalto central, a Capital da Esperança.

Dois grandes políticos – Leonardo Quintão e Eros Biondini – apresentam-se como candidatos a Prefeito e a Vice-Prefeito de Belo Horizonte com a bandeira da inovação e da transformação.

Como Presidente do PMDB de Minas Gerais, tenho certeza de que inauguramos um novo tempo na política brasileira.

No País inteiro, o povo está com saudade do PMDB. Acredito que elegeremos pelo menos cinco vereadores na Capital para que as idéias contidas neste Programa de Governo sejam debatidas e acolhidas pela população.

Acredito também na vitória nessas eleições em Belo Horizonte.

Os cidadãos de Belo Horizonte acreditarão em nossos candidatos. Eles levarão a mensagem e os desejos contidos neste programa para os que exigem educação, saúde, mobilidade urbana e mais carinho às pessoas por parte do Poder Público Municipal.

Conquistaremos uma grande vitória política e eleitoral com a juventude de Belo Horizonte.

**Fernando Diniz**  
Presidente PMDB-MG



O PARTIDO DO BRASIL

# VIVA O NOVO, VIVA A DIFERENÇA

O presente Programa de Governo tem uma dimensão eleitoral orientada por pesquisas quantitativas e qualitativas. Incorpora uma dimensão técnica. Precisamos pensar os problemas da cidade e encontrar soluções viáveis para resolvê-los. Possui também uma dimensão política que ultrapassa o candidato, o partido e a realidade. É uma peça que pode influir na agenda de hoje e na agenda futura.

Trabalhamos com fundamentos humanísticos. Pensamos a cidade para as pessoas. Imaginamos uma Belo Horizonte mais humanizada, com melhor qualidade de vida para todos.

Esta leitura política do coordenador técnico do Programa de Governo é um chamamento ao debate no momento em que se argumenta que não existe mais diferença entre projetos em Minas Gerais.

Existe sim. Em Belo Horizonte, a diferença é a aliança neo-humanista do PMDB e do PHS.

**Itamar de Oliveira**

*1º Secretário PMDB-MG*

*Coordenador Técnico do Programa de Governo*

# UMA LEITURA DO CENÁRIO POLÍTICO DE BELO HORIZONTE

A luta contra o regime autoritário foi uma batalha do bem contra o mal. É inegável que foi sob o pálio do MDB e do PMDB que as forças democráticas, através da Constituição de 5 de outubro de 1988, conseguiram restabelecer o regime democrático

E, tão logo foi retomado o processo democrático de eleições diretas nas capitais, Belo Horizonte nos ensinou algumas lições. Na primeira eleição direta para a escolha do Prefeito, o povo de Belo Horizonte entregou o comando político da cidade para o partido da reconstrução das instituições democráticas: o PMDB do Prefeito Sérgio Ferrara.

Na eleição seguinte, antecipando o que ocorreria no País, o povo de Belo Horizonte atribuiu ao PSDB do Prefeito Pimenta da Veiga, a responsabilidade de conduzir o processo político da capital mineira. Em seguida, na mesma linha de antecipação do futuro político do País, os belo-horizontinos confiaram ao Partido dos Trabalhadores do Prefeito Patrus Ananias a missão de conduzir o destino político da cidade.

Na sucessão de Patrus, também antecipatória do processo político nacional, o PMDB conquistou a Prefeitura e o povo da Capital escolheu o médico Célio de Castro para comandar a direção política da capital mineira.

A emenda da reeleição e o apoio popular deram ao Prefeito Célio de Castro um novo mandato de Prefeito. O Secretário de Finanças de Patrus e do próprio Célio de Castro, Fernando Pimentel, tornou-se Vice-Prefeito e no exercício do cargo disputou e venceu a eleição municipal de 2004. Mais uma vez, em BH, o cenário municipal antecipava a realidade do processo político nacional com a reeleição de Lula e Alencar na Presidência e na Vice-Presidência da República.

O PMDB - o maior partido do País - acorda e percebe que a hora é agora. Para conquistar a Presidência da República e o Governo de Minas em 2010 existe uma dura batalha em Belo Horizonte.

O que é preciso fazer para chegar unido e com possibilidades de vitória em 2010? Oferecer ao povo de Belo Horizonte um programa, uma candidatura e uma proposta de gestão democrática e neo-humanista que devolva ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro uma nova oportunidade de governar a cidade.

Cabe, pois, ao PMDB de Belo Horizonte uma responsabilidade indelegável: encontrar uma saída que contemple o interesse da população. E a construção

do bem-comum em Belo Horizonte é uma premissa fundamental para o Partido de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Pedro Simon. Se as elites tradicionais não foram capazes de construir uma grande civilização democrática para todo o povo brasileiro, o PMDB tem a obrigação de descortinar novos horizontes para a sociedade a partir de uma nova aliança programática.

Esta proposta de programa de governo é uma peça ainda em processo de elaboração. Ela possui dois pilares básicos: O PMDB - o maior partido político do Brasil, e o PHS - um partido inovador que se apresenta como depositário de um novo ideário de humanismo e de solidariedade - se uniram em Belo Horizonte.

Esta aliança, personificada no deputado federal Leonardo Quintão e no deputado estadual Eros Biondini, é a aliança histórica dos que acreditam que a organização popular e partidária - com um programa neo-humanista - é o verdadeiro caminho para a construção da cidadania.

De nada adianta prometer o paraíso ao povo de Belo Horizonte. Os grandes problemas da cidade e do País são problemas políticos que a sociedade precisa enfrentar. Não podemos continuar concentrando renda e poder. Tudo na cidade precisa ser discutido e submetido ao julgamento da população. Tanto para o PMDB quanto para o PHS o povo é o sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições. E na Prefeitura não pode ser diferente.

Identidade Programática: Um dos grandes desafios contemporâneos para os partidos políticos é a fidelidade aos princípios programáticos. Os partidos políticos enfrentam sempre um grande dilema: por que chegar ao Poder? Como chegar ao Poder? E com quem chegar ao Poder?

A primeira indagação todos respondem com a mesma palavra de ordem: promover o bem comum. O segundo questionamento demonstra a dimensão ideológica dos partidos. Os partidos democráticos buscam caminhos de diálogo e persuasão para cumprir o ritual democrático do embate e da alternância no período eleitoral. E terceira pergunta costuma ser respondida com a construção de alianças partidárias.

Neste documento, em processo de elaboração, o PMDB e o PHS asseguram ao povo de Belo Horizonte que estão unidos em prol do bem comum. Garantem que unirão esforços para construir um novo horizonte humanista, fundamentando na cultura da paz e da solidariedade, para todos os cidadãos da capital de

Minas Gerais. Confirmam, para a opinião pública e para os demais partidos que participam da disputa eleitoral, que a condução política da cidade será norteadada pelos princípios e propostas delineados neste documento que estará aberto ao debate, ao aprofundamento e ao aprimoramento.

**Itamar de Oliveira**

*1º Secretário PMDB-MG*

*Coordenador Técnico do Programa de Governo*



# DEPOIMENTOS

*“O Brasil inteiro reconhece que a saúde é o principal problema do povo brasileiro. Em Belo Horizonte, Leonardo Quintão vai superar os 48% de cobertura do Programa de Saúde da Família, o PSF, no primeiro ano de governo e chegará a, pelo menos, 75% nos anos seguintes. Incluirá dentistas e outros profissionais nas equipes do PSF. A saúde pensada, planejada e executada de forma metropolitana”.*

**José Saraiva Felipe**

Deputado Federal  
Ex-Ministro da Saúde do presidente Lula

*“A candidatura Leonardo Quintão leva ao eleitor um Programa de Governo com as marcas da inovação e diferenciação: inovar para se diferenciar, e se diferenciar para se impor como uma alternativa nova, real e vitoriosa de poder. Tenho certeza que as mulheres, especialmente as jovens, entenderão que a mudança de rumos na política de Belo Horizonte está em nossas mãos”.*

**Maria Elvira Salles Ferreira**

Presidente Nacional do PMDB Mulher

*“Leonardo Quintão é um candidato novo. Além de ser jovem de idade e disputar pela primeira vez a prefeitura de Belo Horizonte, é o único entre os postulantes ao cargo de prefeito que tem a possibilidade de surpreender os eleitores – os demais vão mostrar e dizer exatamente o que se espera que mostrem e digam; são previsíveis. E o nosso candidato novo estreia na campanha majoritária num cenário eleitoral conturbado pela disputa interna no partido que há 16 anos governa a cidade”.*

**João Alberto Paixão Lages**

Presidente Nacional do PMDB Jovem

*“Um dos pilares de todos os programas do PMDB tem sido a retomada do diálogo com os movimentos sociais. Acredito que este Programa de Governo incorpora a dimensão metropolitana da Capital na busca de soluções para os problemas de educação, saúde e mobilidade urbana das cidades que integram a Grande BH”.*

**Antônio Júlio**

Deputado Estadual  
Secretário-Geral PMDB-MG

*“O famoso compositor Noel Rosa, autor de belas músicas do nosso cancioneiro popular aqui veio para tratar-se de tuberculose. A cidade era povoada de árvores e jardins. Hoje, o que vemos? Uma cidade com praças em concreto e aço, poucas árvores, e o clima degradado. Nesta época do ano, os habitantes de BH sofrem com o clima hostil. A umidade relativa do ar é tão baixa quanto em um deserto. Calor intenso em pleno inverno. A população toda sofre. Tenho certeza que os candidatos da coligação BELO HORIZONTE PARA VOCÊ irão trabalhar para mudar este quadro”.*

**Haroldo Jackson dos Santos**

Advogado e militante peemedebista

*“Aqui no Brasil, como em vários países, a infraestrutura urbana teve avanços extraordinários nas últimas décadas. Com isso, a demanda por obras de asfalto e concreto vem diminuindo e cedendo lugar a reivindicações mais sofisticadas, de natureza social e relacionadas à prestação de serviços. Serviços que dependem de pessoas para serem prestados e mantidos e que estão quase sempre associados à idéia de acolhimento. Assim, sai de cena o governante empreendedor e engenheiro, de capacete na cabeça, o clássico tocador de obras. E entra triunfante o governante gerente, administrador de equipes e líder de pessoas, tocador de serviços”.*

**Fernando Pinto**

Engenheiro Civil

*“Educação e saúde configuram um enorme desafio ao administrador: um teste cotidiano à sua capacidade de gerenciar recursos financeiros e humanos. Convenhamos, tocar uma obra física não é muito difícil: empenha-se o dinheiro, contrata-se uma empreiteira e, voilá, está pronto o viaduto. Difícil é manter um posto de saúde ou uma boa escola funcionando, pois se trata de um trabalho permanente e intermitente, que não acaba nunca. Espero que o economista e administrador Leonardo Quintão não seja apenas um gerente distante dos problemas como tem acontecido nos últimos tempos em que os recursos de educação e saúde são desviados para outras finalidades”.*

**Antônio Machado**

*Sociólogo e professor da Faculdade de Educação da UFMG*

*“O crescimento de Belo Horizonte, bem como de boa parte das metrópoles brasileiras, resultou, fundamentalmente, de um processo de expansão do núcleo central e de absorção gradativa de espaços periféricos. As relações núcleo-periféricas se intensificaram e se orientaram, durante certo tempo, segundo uma estrutura composta de anéis sucessivos, apresentando ciclos de crescimento, de deterioração e de mudanças nos padrões do uso do solo. A cidade espera que a futura administração municipal priorize o transporte público municipal”.*

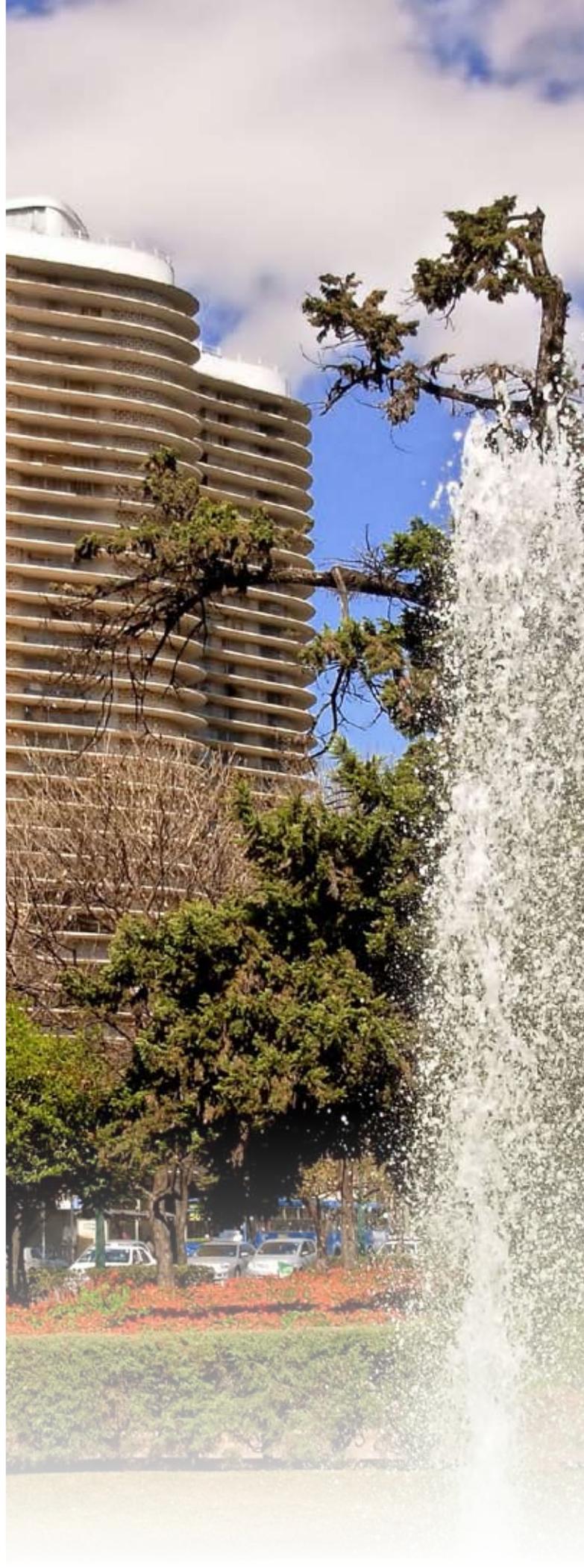
**Prof. Dr. Ronaldo Guimarães Gouvêa**

*Engenheiro civil e urbanista*

*“O envolvimento dos jovens com a criminalidade, quer como atores quer como vítimas, é algo temerário que exige um novo olhar do homem público. O novo líder político deve atuar no campo da prevenção mais que no campo repressivo, com redução dos fatores de risco e um aumento dos fatores de proteção”.*

**Juliana Maron**

*Socióloga*



# CULTURA E DIÁLOGO COM AGENTES CULTURAIS

Belo Horizonte, nos primeiros anos do século XXI, vive um drama no campo da cultura.

As manifestações culturais tradicionais que floresceram nos bairros Funcionários, Serra, Santo Antônio, Floresta, Santa Teresa, Santa Efigênia, Prado, Barroca trazem recordações do pretérito.

As iniciativas de democratização das manifestações culturais dos prefeitos Sérgio Ferrara, Pimenta da Veiga, Patrus Ananias e Célio de Castro, embora importantes, também são acontecimentos de um passado recente que não têm espaço na agenda da Administração Pública Municipal.

Os agentes culturais perderam o espaço institucional de diálogo com a Prefeitura, que extinguiu a Secretaria Municipal de Cultura.

A Fundação Municipal de Cultura ainda não se viabilizou como instrumento de articulação das manifestações culturais de Belo Horizonte.

Tendo como objetivo transformar Belo Horizonte no principal pólo de difusão cultural de Minas Gerais, as iniciativas culturais da coligação BELO HORIZONTE PARA VOCÊ serão orientadas por ações que visam valorizar e promover a cultura na Capital.



## PLANO DE AÇÕES

- A Fundação Municipal de Cultura seria o fórum permanente de articulação dos agentes culturais de toda a cidade.
- Criação do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento de Belo Horizonte para acolher as iniciativas culturais que poderão ser transformadas em propostas e projetos apoiados pela municipalidade.
- Levar as propostas de acolhimento das manifestações culturais dos bairros e vilas da Capital através do Sistema Municipal de Educação.
- Apoio à cadeia de produção editorial iniciada com o Salão do Livro e que se consolida como uma bienal aberta aos diversos segmentos culturais.
- Incentivo à produção audiovisual independente e comunitária através de convênios com as universidades, as ONGs e as instituições que produzem mensagens culturais comunitárias.
- Pensar o carnaval de Belo Horizonte, novamente, como uma grande festa popular, de promoção de turismo interno, valorizando os agentes culturais, particularmente, as escolas de samba.

# SEGURANÇA E DEFESA DA COMUNIDADE

## *Integração entre o Sistema de Defesa Social e os Municípios*

A violência urbana e o sentimento de insegurança da população são duas das principais questões tratadas pela sociedade na atualidade. As políticas públicas na área de segurança, no Brasil, sempre estiveram concentradas na esfera dos governos estaduais. No entanto, tem-se verificado o crescimento constante da discussão a respeito do papel do município na segurança dos cidadãos. Tais questões tem se refletido no questionamento do art. 144 da Constituição Brasileira, no crescimento do número de guardas municipais e na busca constante de se elaborar planos de ação dos municípios relacionados à segurança pública.

As justificativas para a inserção do município são variadas, mas tem como fatores fundamentais o fato de que a esfera municipal de governo encontra-se mais próxima da comunidade e o fato de que conhece e reconhece a realidade e o contexto em que as ações devem ser efetivadas.

Por outro lado, a desarticulação entre as ações do Estado e do Município pode provocar efeitos perversos tais como a sobreposição de atividades, o desrespeito a esferas de atuação institucionalizadas e a criação de um ambiente de tensão entre forças de segurança.

Dessa forma, é importante estabelecer de forma integrada parâmetros de atuação dos municípios em relação à segurança pública.

### **Prevenção**

Ações de prevenção visam a reduzir os fatores de risco, que contribuem para a ocorrência de crimes e violências e aumentar os fatores de proteção que

contribuem para a não ocorrência dos mesmos em um determinado local, horário, grupo ou comunidade. Para serem efetivas, elas dependem de articulação e integração da atuação de organizações do governo e da sociedade civil.

As ações de prevenção podem ser primárias, secundárias e terciárias visando a reduzir tanto as incidências quanto os danos causados pelo crime e pela violência na sociedade.

#### **1. Prevenção Primária**

A prevenção primária está centrada em ações anteriores à prática de crimes e violências, cujo objetivo é reduzir os fatores de risco que potencializam as chances de incidência e aumentar os fatores de proteção que reduzem a probabilidade da efetivação dos atos violentos. Elas podem ser direcionadas à sociedade em geral (prevenção social) e/ou a áreas específicas da sociedade (prevenção situacional).

#### **2. Prevenção Secundária**

A prevenção secundária está centrada em ações imediatamente subsequentes à prática de crimes e violências, cujo objetivo é reduzir o dano causado às vítimas, agressores, testemunhas, familiares e comunidades. São ações relacionadas à atividade das polícias e da guarda municipal.

#### **3. Prevenção Terciária**

A prevenção terciária está centrada em ações de médio e longo prazo, posteriores à ocorrência de crimes e violências, com o objetivo de reduzir as chances de reincidência. Busca, portanto, atuar diretamente sobre os indivíduos que cometeram delitos ou crimes.

## **PLANO DE AÇÕES**

### **Crianças, Adolescentes e Jovens**

Diagnóstico:

Na década de 1990, Belo Horizonte, bem como outras capitais brasileiras, experimentou um grande crescimento do número de homicídios. O aumento das mortes violentas colocou esta temática no centro da agenda política brasileira, exigindo dos gestores públicos e dos elaboradores de políticas a busca de novas alternativas para enfrentar a questão. (SOUZA, 2007)

De acordo com os registros de ocorrência,

pode-se perceber que Belo Horizonte revelou um crescimento de 100% no número de homicídios entre 1997 e 2001. Analisando o contexto desses crimes é possível encontrar tais características:

- Crescimento da participação dos jovens com menos de 24 anos na autoria das mortes violentas;
- Concentração desses eventos nos aglomerados de vilas, tendo por vítimas e agressores os próprios moradores;
- Coincidência entre áreas mais violentas e áreas de maior vulnerabilidade social, que é medida pelo padrão de acabamento das residências, taxa de ocupação, taxa de mortalidade infantil, anos

de estudo, a taxa de analfabetismo da população, índice de infra-estrutura urbana e índice de oferta de proteção social, os quais apresentam indicadores desfavoráveis em todas as regiões violentas.

Problema:

Envolvimento dos jovens com a criminalidade quer como atores quer como vítimas (Perfil dos envolvidos: jovens, homens, de baixa escolaridade e baixa renda).

Solução:

O município, por meio de políticas públicas articuladas, deve oferecer aos jovens alternativas e oportunidades para a constituição de sua trajetória de vida.

- Proporcionar oportunidades aos jovens para inserção no mercado de trabalho, por meio de capacitação profissional e encaminhamento para emprego. A realização de parcerias com o SESC, SENAC, instituições de ensino superior e outras organizações do gênero para a capacitação de jovens em situação de risco social e, por outro lado, a realização de parcerias com empresas do setor privado que possam absorver a mão-de-obra capacitada seria exemplo de política de ciclo completo para a resolução da questão.
- Fomentar oportunidades de trabalho e renda para as mães chefes de família, aumentando os fatores de proteção e reduzindo os fatores de risco para as crianças e adolescentes que dependem das mesmas. O fornecimento de subsídios e treinamento para pequenos empreendimentos, aumentando sua sustentabilidade, bem como a elaboração de banco de talentos comunitários, onde seja possível procurar prestadores de serviço com referências.
- Otimizar a utilização de espaços públicos, tais como as escolas, associações e igrejas, para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao lazer e à cultura. A maioria das escolas possui ambiente para a prática de esportes e locais onde podem ser estruturadas mostras de cinema e outras manifestações culturais nos finais de semana que proporcionem lazer e cultura às crianças, adolescentes e comunidade. Tal ação é de importância maior nos aglomerados urbanos onde os espaços públicos são diminutos e a possibilidade de desenvolvimento de tais práticas é reduzida.

## Guarda Municipal

Diagnóstico:

Toda discussão a respeito do papel dos municípios na esfera da segurança pública não pode prescindir de considerar os aspectos legais envolvidos. Nesse sentido, o art. 144 da Constituição brasileira estabelece:

*Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

*I - polícia federal;*

*II - polícia rodoviária federal;*

*III - polícia ferroviária federal;*

*IV - polícias civis;*

*V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.*

*§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;*

*II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.*

*§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados*

de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

São diversas as propostas de emenda à Constituição (PASCHOAL, 2003: 157-169), que de maneira geral tratam da municipalização da segurança pública, da concessão de poder de polícia às guardas municipais sem qualquer tipo de convênio com as instituições estaduais ou da mesma concessão com a realização de convênio com a Polícia Militar ou Secretaria responsável pela segurança pública do respectivo Estado.

Embora se verifique que há definição das atribuições das instituições relacionadas à segurança pública, atualmente há diversos questionamentos sobre a inserção de outros atores neste campo. Dessa forma, há um alargamento da concepção de que a segurança pública é papel exclusivo das polícias para a definição de que ela é uma questão multidisciplinar, envolvendo diversas instâncias administrativas. (KHAN e ZANETIC, 2005: 3). De fato, o Governo Federal e os municípios passaram na última década a atuar na esfera da segurança pública pelo reconhecimento da importância do problema para a população e pela percepção de que para solucioná-lo seria necessário reavaliar os investimentos e a forma como a questão tem sido tratada.

O interesse generalizado pela segurança pública tem como fatores principais:

- O crescimento dos índices de criminalidade no país, a partir da década de 1980;
- O aumento da sensação de insegurança, que colocou o crime e a violência como preocupações

principais da população ao lado de questões como o desemprego;

- O fato de que a população acredita que todas as esferas de governo são responsáveis pelo problema da segurança.

Problema:

Redefinir o perfil da Guarda Municipal, de maneira a transformá-la em um corpo de apoio à cidadania e de proteção comunitária em seu sentido mais amplo.

Solução:

- Realizar o processo de formação e capacitação continuada da guarda municipal atendendo tanto às orientações da matriz curricular nacional, quanto priorizando orientação doutrinária em termos de missão e meios de atuação para a promoção da cidadania. Busca-se desenvolver a capacidade e o conhecimento dos serviços e ações do município de tal forma que o guarda se torne referência para a população no âmbito dos serviços disponíveis;
- Realizar treinamento compatível com os objetivos operacionais, priorizando a prestação de serviço num mesmo local a fim de se criar vínculo com os moradores. Para que o atendimento comunitário se realize de forma efetiva, é importante o estabelecimento de vínculos entre os guardas municipais e a população local. Somente dessa forma se possibilita relacionamentos de confiança e o conhecimento do contexto e cotidiano por parte do profissional da segurança municipal.

## Espaços Públicos

Diagnóstico:

O ambiente degradado é uma das fontes de insegurança e de promoção da violência e da criminalidade. Em 1982, James Q. Wilson e George Kelling, publicaram na revista *Atlantic Monthly* um estudo que estabelecia relação de causalidade entre desordem e criminalidade. No estudo, cujo título é *The Police and Neighbourhood Safety (A Polícia e a Segurança da Comunidade)*, os autores usaram a imagem de janelas quebradas para explicar como a desordem e a criminalidade poderiam, aos poucos, infiltrar-se numa comunidade, causando a sua decadência e a conseqüente queda da qualidade de vida. (RUBIN, 2003).

Os autores sustentavam que se uma janela fosse quebrada e não fosse imediatamente consertada, as pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém se importava com isso e que, naquela localidade, não havia autoridade responsável pela manutenção da

ordem. Em pouco tempo, as pessoas começariam a atirar pedras para quebrar as demais janelas ainda intactas. Logo, todas as janelas estariam quebradas. Neste momento, as pessoas concluiriam que ninguém seria responsável por aquele prédio e tampouco pela rua em que ele se localizava. Iniciava-se, assim, a decadência da própria rua e daquela comunidade. A esta altura, apenas os desocupados, imprudentes, ou pessoas com tendências criminosas, sentir-se-iam à vontade para ter algum negócio ou mesmo morar na rua cuja decadência já era evidente. O passo seguinte seria o abandono daquela localidade pelas pessoas de bem, deixando o bairro à mercê dos desordeiros. Pequenas desordens levariam a grandes desordens e, mais tarde, ao crime. (RUBIN, 2003)

Problema:

A degradação do espaço público provoca impressão de desordem e favorece a criminalidade.

Solução:

- Realizar intervenções no ambiente urbano com utilização de tecnologias de ponta visando a controlar e coibir ações desviantes e práticas de crimes, apoiando programas já existentes (como o Olho Vivo), e outros que venham a ser criados em parceria com os CONSEPS, Conselhos Tutelares e entidades comprometidas com a proteção de crianças e adolescentes.
- Atentar para os ambientes degradados com efetivo cuidado em termos de iluminação, conservação de equipamentos urbanos, urbanização de aglomerados, fortalecimento das práticas esportivas e culturais. Para a realização de tal atividade, é preciso que se fortaleçam ou que se criem mecanismos de comunicação entre a sociedade e a PBH, para que os problemas percebidos pela comunidade possam ser sanados de forma célere e eficiente.



# DEMANDAS DO TURISMO



Coerente com o Estado democrático e de direito e com as tradições mineiras, Belo Horizonte não pode prescindir da efetiva implantação do Conselho Municipal de Turismo, paritário e deliberativo para conduzir as políticas públicas do setor. Alavanca primeira do desenvolvimento.

Belo Horizonte, como terceira capital do país, ainda padece com a insuficiência de infra-estrutura urbana que atende à demanda dos setores especializados: saúde, educação, cultura, moda, lazer e entretenimento, gastronomia, manifestações artísticas e culturais e outros. O desenvolvimento desses segmentos depende de uma infra-estrutura digna, que promova a acessibilidade, um transporte público decente, sinalização, logística de tráfego e espaços públicos para manifestações artísticas e culturais.

Para pleno desenvolvimento do setor turístico, necessita-se de uma política pública de arrecadação de tributos e taxas que contemple ações de incentivo junto aos realizadores e promotores de eventos técnico-científicos, congressos, feiras e exposição, de forma a criar diferenciais competitivos em relação a outros pólos receptores de eventos.

Nesse sentido, ações efetivas da municipalidade para promoção de Belo Horizonte como destino turístico junto às cidades e estados emissores devem ser prioridades na próxima Administração.

Em síntese, os pleitos imediatos que, atendidos, se tornarão poderoso instrumento que alavancará o setor na cidade e que a consolidará como um dos maiores pólos receptivos de turismo do país.

## PLANO DE AÇÕES

- Os profissionais de turismo e as atividades correlatas ao setor no comércio, nos serviços e na segurança pública precisam ser submetidos a treinamentos sistemáticos para atendimento ao turista, por meio de cursos, seminários, oficinas a fim de elevar o nível de qualificação profissional do setor.
- O terminal Turístico JK está aquém, tanto da demanda, quanto do nível exigível para um destino turístico do porte de Belo Horizonte. A cidade necessita de uma expansão dos terminais de recepção turística em níveis qualificados por segmentos ou regiões.
- Para fazer frente à demanda por espaços públicos que possam sediar eventos de grande envergadura, o setor turístico e a cidade necessitam, urgentemente, da implantação de um centro de convenções municipal que alavancará o setor de turismo de negócios e eventos, e fará jus à já decantada vocação da cidade para esse segmento.
- Apoiar as iniciativas das universidades e instituições educacionais que trabalham para transformar Belo Horizonte em pólo nacional de gastronomia. Como tem sido feito pela faculdade Estácio de Sá, UFMG, PUC Minas, SESC, SESI e SENAI.
- A complexidade que o setor turístico atingiu atualmente em Belo Horizonte exige a criação de estatísticas que se atualizem permanentemente e gerem indicadores qualitativos e quantitativos para investimentos, tanto da iniciativa pública, quanto da iniciativa privada.

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE

Ao extinguir a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, a Administração Pública Municipal avançou no processo de centralização das decisões de caráter político, econômico social e cultural.

A Secretaria de Governo, através do aparelhamento e distribuição de cargos comissionados, controla com as verbas que deveriam ser destinadas à educação, saúde e desenvolvimento econômico.

A Superintendência de Desenvolvimento da Capital, Sudecap, através de um processo de concentração de recursos humanos e materiais, com os agentes econômicos instituiu um condomínio comandado por

interesses dos financiadores das campanhas eleitorais da máquina partidária em detrimento das pequenas e médias empresas, que pagam os impostos e geram emprego e renda na cidade e na região metropolitana.

As administrações regionais foram completamente esvaziadas como prestadoras de serviços à comunidade. As dotações orçamentárias foram transferidas para a esfera central e atribuídas ao condomínio que administra a cidade com métodos clientelistas que colocam as licitações municipais sob permanente suspeição.

## PLANO DE AÇÕES

- O Governo Participativo é uma conquista histórica do PMDB iniciada na cidade catarinense de Lages, por meio do então prefeito Dirceu Carneiro. Nesse sentido, considera-se a manutenção e melhoramento, com avanço qualitativo das ações. A Ouvidoria, separada por regional, acolherá os anseios da comunidade na priorização das obras que serão levadas a plenário. Haverá uma elevação no valor dos investimentos na proporção do aumento das receitas.
- Colocar em prática uma política de descentralização das atividades econômicas sob a orientação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico aberto à participação dos agentes econômicos, especialmente empresas, trabalhadores, universidades, entidades e associações dos micro e pequenos empreendedores.
- Criar uma Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico para dialogar com os agentes econômicos da capital e da Região Metropolitana de BH e atrair empresas de vocação metropolitana para participar de um novo ciclo de desenvolvimento local e regional.
- O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será o fórum adequado para que a administração municipal inicie uma revolução moral das práticas de governo.
- Uma de suas missões mais importantes será a abertura da caixa-preta da terceirização. Garantindo sua adaptação ao processo de transparência da administração pública.
- Retomar as iniciativas de cooperação internacional que possibilitam um novo diálogo com as cidades

latino-americanas, européias, asiáticas e africanas que compartilham iniciativas e experiências de desenvolvimento urbano, econômico, de educação, saúde e novas tecnologias.

- Estimular o microcrédito, as cooperativas e os micro-empresários com uma nova agenda de gestão pública eficiente, transparente e desburocratizada.
- A revitalização do centro, integração urbana, econômica e social da região metropolitana são pontos deste programa que serão discutidas com a sociedade.



# EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A partir do início de 1995 até o ano de 1997 o cidadão residente em Belo Horizonte observou que a propaganda institucional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na televisão e no rádio, estava concentrada na divulgação e elogio da chamada Escola Plural, adotada pela administração do PT ainda no início de 1996.

A pergunta é: Se a Escola Plural foi a marca do marketing da Prefeitura durante dois anos, porque é que de repente, já em 1997, a Prefeitura deixa de mencionar o projeto, e de lá pra cá não mais se falou em Escola Plural?

Nesse meio tempo, sabe-se que a Prefeitura contratou pelo menos uma avaliação externa para saber como estava a Escola Plural. E a informação que se dispõe é que o resultado foi insatisfatório. O que, aliás, viria a ser confirmado muito posteriormente quando o Estado avaliou, através do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), o desempenho da educação básica de Belo Horizonte, especialmente o ensino fundamental. Da mesma maneira, a prova Brasil (exame complementar que compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica) ao avaliar a educação básica no Brasil e, portanto também em Belo Horizonte e na rede municipal mostrou resultados insatisfatórios.

A crise da Escola Plural, que ainda se mantém como crise da educação básica de Belo Horizonte a despeito da disponibilidade de recursos e de bons profissionais, tem início na própria origem da Escola Plural. Já no final de 1994, ela começa como uma idéia (inspirada na experiência da Espanha pós-franquismo) e logo se transforma em projeto de iniciativa de um núcleo muito reduzido de dirigentes da Secretaria Municipal de Educação. O primeiro erro de origem, que viria comprometer o sucesso da Escola Plural foi justamente a forma como ela foi implantada. Foi uma grande surpresa. Os diretores e dirigentes das escolas municipais, os coordenadores pedagógicos, os professores, os alunos e as famílias não haviam sido adequadamente preparados para receber o que seria a boa nova.

O segundo erro de origem está não apenas na gestão, mas em sua concepção teórica. De maneira correta, partia-se do pressuposto de que, muitas vezes, a reprovação é insensata, uma vez que esta seria o resultado final de um fracasso na gestão da escola que não teria levado em conta que aquele aluno mal sucedido já teria baixo desempenho desde o início do ano letivo. Portanto, supunha-se que a escola, verdadeiramente interessada no desenvolvimento do aluno, deveria estar comprometida com a aprendizagem do estudante no seu dia-a-dia, de maneira que evitasse a ocorrência da

repetência no final do ano. Essa idéia é correta, mas exige que se tenha um tempo escolar muito maior do que o oferecido, aliás, como ocorre em todo o mundo desenvolvido. Mas a pergunta é: A Escola Plural, ao adotar o sistema de ciclos de formação continuada, cuidou para que o aluno aprendesse o que era preciso ou lhe deu as condições temporais para isto? A resposta é claramente não.

Não cuidou porque imaginava que uma escola precisa reorganizar seus tempos sem questionar a existência de turnos diários, seus espaços, sem levar em conta o ritmo de cada um dos alunos. E, nessa linha de pensamento não se levou em conta que há uma matriz curricular de referência homogênea, que é um referencial universal do que todo estudante precisa saber e conhecer, ou seja, o que precisa conhecer para se tornar um cidadão capaz e apto para exercer sua cidadania e lutar pelo seu crescimento.

A primeira questão fundamental, que irá responder pelos equívocos da Escola Plural, foi a introdução de um voluntarismo curricular, onde muitos professores trabalhavam de acordo com o ritmo de seus alunos. É claro que os alunos têm ritmos diferenciados, mas para isso adotam-se estratégias diferenciadas de apoio aos alunos com dificuldades.

Uma outra questão fundamental na escola plural é que seus arquitetos imaginavam que os desempenhos diferenciados dos alunos estavam auto-justificados pelas desigualdades sociais e que uma escola, além da dimensão de aprendizagem sistemática, deve estar comprometida com a formação para a cidadania. O princípio geral é aceitável, mas é um equívoco eliminar a avaliação, pois é através dela que os professores se tornam capazes de dimensionar se o aluno aprendeu o que precisava.

Efetivamente, a Secretaria Municipal de Educação, nas gestões do PT, deixou de ser uma referência de liderança intelectual, pedagógica e de zelo organizacional. Ao mesmo tempo, em nome da descentralização, a prefeitura criou nove regionais com diretorias da educação que frequentemente eram partidárias num acordo com os aliados políticos, de maneira que isso tudo confundiu profundamente a escola. A Secretaria não conseguiu imprimir liderança; ela não foi uma referência intelectual, cultural, pedagógica e organizacional para as escolas.

Portanto, hoje nós temos uma rede municipal de educação que poderia ser das melhores e exemplares no Brasil, mas que está em uma crise profunda agravada pelo silêncio em torno do modo como a escola Plural foi implementada. Então, a primeira providência é se ter muito claro esse passivo: enfrentar criticamente este

fato. Há boas idéias, precisamos recuperá-las e fazer os devidos ajustes. Esse deve ser o principal norte, após essa introdução, do programa de governo da futura administração.

## PLANO DE AÇÕES

### Gestão da Rede e Gestão da Escola em Belo Horizonte / Secretaria - Regionais

A Secretaria de Educação deve exercer, não numa linha centralizadora, uma coordenação efetiva da rede municipal de ensino em que ela se sinta responsável pelo desempenho das escolas de maneira solidária.

Nesse sentido, exercer uma coordenação responsável significa que as diretorias regionais de educação devem ser apenas órgãos subsidiários do primeiro contato com as escolas. Especialmente para fazer o apoio pedagógico às escolas por meio de visitas mensais; como instrumento de planejamento e de monitoramento.

As regionais devem concentrar-se no suporte e apoio pedagógico às escolas, que, por sua vez, devem estar fortemente articuladas com a Secretaria Municipal de Educação e por ela dirigidas.

Outro aspecto de grande relevância é a quebra da partidarização e politização das regionais. Seus dirigentes têm de ser profissionais da educação e não militantes e representantes de partidos políticos.

Caberá às regionais o monitoramento mensal das escolas. Essa tarefa deverá ser feita com instrumentos metodológicos claros para um diagnóstico preciso. Uma função primordial da descentralização da Secretaria nas regionais é oferecer um contato mais próximo e específico, enfronhando-se com a realidade e peculiaridade da região.

- Pacto ou contrato de gestão

O Contrato de Gestão representa uma nova forma de condução da interação Secretaria-Escola. No início de cada ano letivo a Secretaria Municipal de Educação e as escolas assinarão um contrato contendo:

1. As metas gerais da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte para aquele ano específico.
2. As metas específicas de desempenho de cada escola. Metas referentes ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Escola Básica), aos resultados da Prova Brasil e avaliação da Secretaria de Estado da Educação.
3. Declaração da Secretaria de Educação com metas e esclarecimentos sobre a interação com a escola. Esse documento deverá ser impresso e aprovado

pelo colegiado ou conselho de cada escola e assinado pelo secretário de educação municipal e pelo diretor escolar.

A gestão da escola deve cuidar do monitoramento do processo escolar, mas com o apoio, sem intervenção ou controle burocrático, da Secretaria de Educação através das regionais - por meio de profissionais qualificados que fornecerão assessoria técnico pedagógico para a escola.

- Escolha dos diretores

Na busca da efetividade e clareza no processo de eleição dos dirigentes escolares, é preciso modificar completamente a maneira como a prefeitura vem procedendo. Hoje os cargos são ocupados, de forma bastante politizada, por meio da eleição. Sugere-se então uma lei municipal na qual a escolha do diretor escolar acontecerá em duas fases consecutivas.

A primeira será meritocrática. Os pré-candidatos se inscreverão cumprindo certos pré-requisitos como pontualidade, assiduidade, não ter inquérito administrativo, ser da carreira por meio de concurso público. Ainda na fase da verificação do mérito, eles, obrigatoriamente, participariam de um curso com cem horas de duração; ao final desse período o candidato apresentaria um “pré-projeto de gestão da escola”. Durante o curso, através de oficinas de construção, diagnóstico da sua escola e interação com a comunidade, o pleiteante elaboraria esse produto. Feito isso, ele será submetido a uma banca de examinação externa. Com base no curso que acabou de fazer e no pré-projeto que acabou de apresentar, o pré-candidato que obtiver o mínimo de 60 pontos em 100 já estará automaticamente inscrito como candidato.

Parte-se, então, para uma segunda etapa que, por meio da eleição majoritária, irá atestar a liderança na comunidade. Nesta fase os resultados da banca examinadora são comunicados à comunidade escolar. A escola então organiza a eleição. O mais votado em turno único é eleito. A nova equipe deverá participar de um programa de formação continuada de dirigentes escolares.

## Desenvolvimento e Valorização dos Profissionais

Objetivando o profissionalismo, com o cuidado na gestão, formação, qualificação e elevação da cultura do professor, propõe-se o que segue:

- Revisão pontual do plano de carreira do magistério para assegurar que a promoção dar-se-á somente pela verificação periódica do mérito do professor. É evidente que a trajetória acadêmica do profissional deve ser valorizada, mas o essencial não será o tempo nem a habilitação: será a avaliação do desempenho na escola.
- Formação continuada. Introduzir a formação permanente.
- É absolutamente essencial a verificação do impacto do programa de formação continuada dos profissionais na melhoria de seu planejamento e de seu desempenho na escola. Para melhoria do planejamento é crucial, valorizando o que os professores já fazem, que se trabalhe de maneira sistemática para que o educador utilize a ferramenta chamada “portfólio semanal de planejamento da sala de aula”. O verso deste portfólio deve conter um relatório com as seguintes informações:
  1. O nome dos alunos da turma com verificação que comprove se o mesmo fez o dever de casa.
  2. Se desenvolveu pelo menos três produtos na semana (redações, pequenos trabalhos, etc.).
  3. Avaliação do estudante na semana ou quinzena e os comentários ou observações do professor sobre o desempenho naquele período.
- Uma das tarefas mais fundamentais da coordenação pedagógica será, uma vez por semana, reunir-se com cada professor durante um módulo na escola para verificar este portfólio. Portanto, o tempo remunerado que o professor possui para a complementação da jornada letiva deverá ser ocupado ponderadamente na própria escola.

## Inovações Educacionais

Inserida no processo de redemocratização, a escola pública é chamada a ampliar suas funções nas esferas societária, cultural e comunitária. A educação escolar é reconhecida como direito de todos, sendo associada à formação da cidadania, à expansão do convívio social, aos esportes, às artes, ao lazer e à saúde.

É nesse contexto que apresentamos os seguintes eixos inovadores:

- Escola Singular

A eficiência na educação será alcançada por meio da “Escola Singular”. A qualidade do ensino será resgatada com o aperfeiçoamento dos boletins escolares, que permite aos pais e educadores acompanharem o aprendizado dos alunos. A avaliação será continuada e a jornada de dia completo.

A cada final de bimestre o aluno deverá ter um conceito que represente a verificação do que foi aprendido ao longo do período. O aluno será continuamente apoiado, orientado e avaliado.

A volta dos níveis de recursos destinados à educação, perdida nos últimos anos, propiciará a implantação da “Escola Singular”. A implantação das Unidades Municipais de Ensino Infantil (UMEIS) será acelerada e os salários dos docentes de diversos níveis serão equiparados. A qualificação profissional será uma rotina e o aumento da qualidade do ensino será analisado, individualmente por unidade, recebendo gratificações de acordo com o desempenho de cada uma.

- Centros Juvenis de Artes e Ofícios

Semelhante ao que o grande educador Anísio Teixeira fez nos anos 50 na Bahia com a chamada Escola Parque, serão implantados, num primeiro momento, em Belo Horizonte, dez Centros Juvenis de Artes e Ofícios. É uma forma de o aluno ter um tempo semi-integral, complementando a sua jornada letiva na escola. Com uma frequência de pelo menos duas vezes por semana, o aluno concluirá cerca de cinco horas na escola regular; estas serão complementadas por mais dez horas semanais de atividades no centro educacional.

Esse centro será um lugar amplo, com uma central de esportes para os alunos, uma boa biblioteca, laboratórios de informática, ambientes para o “aluno-com-orientação” fazer o dever de casa, laboratórios de informática, aprofundamento em música, artes cênicas, desenvolvimento de atividades artesanais etc., fazendo inclusive com que o aluno desenvolva mais habilidades e possa transformar essas oportunidades em emprego e geração de renda.

Na cidade de São Paulo, em diferentes administrações, um projeto parecido com o aqui proposto, tem sido objeto preferencial de investimento. Com o nome de CEU (Centro Educacional Unificado), ele tem atendido, amplamente, jovens em todas as regiões de classes populares. Em Belo Horizonte, essa implantação se dará através de uma articulação das escolas municipais e estaduais para que não haja, portanto, nenhuma barreira de atendimento aos adolescentes em geral.

- Centros Municipais de Educação Profissional

Temos em Belo Horizonte apenas dois Cefets (Centro Federal de Educação Tecnológica). Está na hora de prefeituras das grandes capitais, assim como as redes estaduais, investirem com recursos próprios em educação profissional de nível pós-médio. Ao longo desses quatro anos serão implantados em Belo Horizonte dois Centros Municipais de Educação Profissional em nível médio e pós-médio. Os alunos entrariam em tempo integral fazendo o ensino médio acadêmico juntamente com a educação profissional. E, ao invés de irem para a universidade, prosseguiriam fazendo educação em nível pós-médio com cursos modulares na base de seis meses cada um. Feito isso, com um total de no mínimo um ano e meio, já estarão preparados para disputar vagas de trabalho, preparados de acordo com as características da economia regional para que os cursos estejam envolvidos com as características do mercado de emprego e renda.

- Projeto Música na Escola

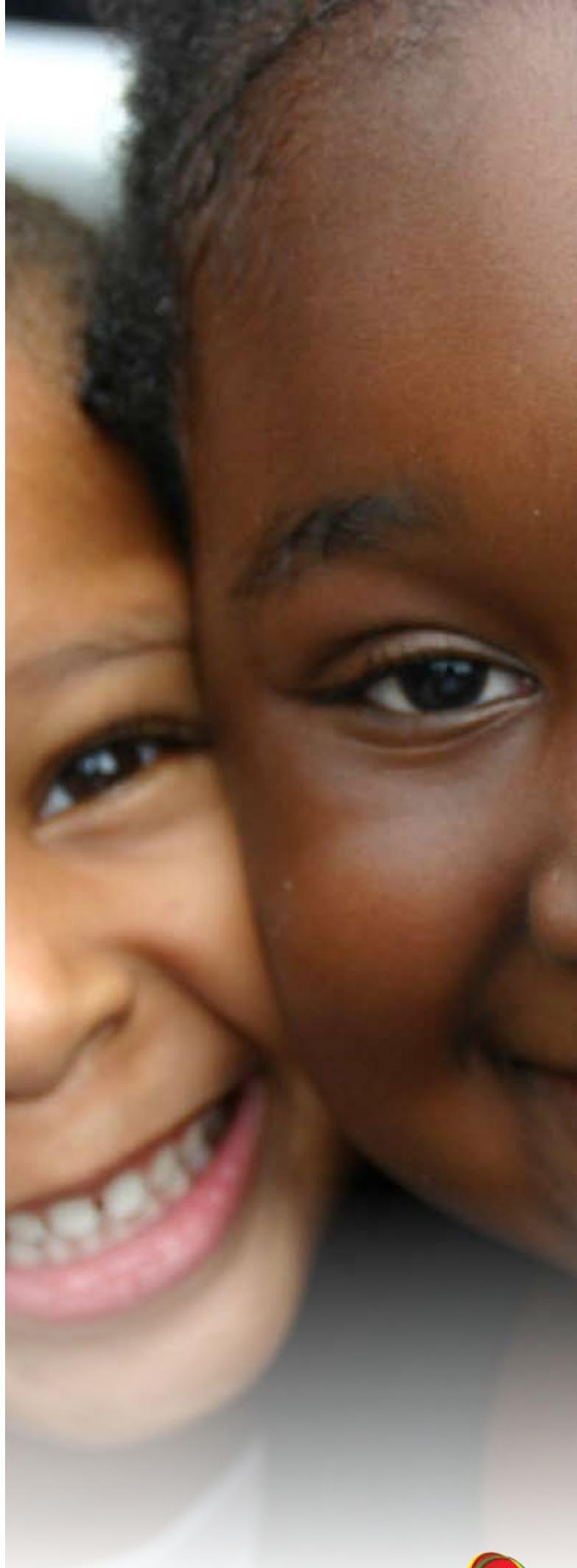
Por fim, a idéia é introduzir em toda a rede de ensino o “Projeto Música na Escola”. O projeto consistiria de uma atividade sistemática, com duas aulas semanais, para cem por cento das crianças de seis a quatorze anos de idade.

Para que recebam a formação musical, serão introduzidos no domínio de alguns instrumentos, em sua identificação e diferenciação de ritmo, com ênfase no violão e flauta doce.

### **Interação Escola-Família-Comunidade**

- A interação da escola com a comunidade é essencial. O conselho escolar deve ser fortalecido, pois o mesmo ficará encarregado de aprovar o “Contrato de Gestão” (Apresentado no item I). Caberá também ao conselho manifestar sobre todas as grandes decisões da escola, mediar a articulação entre escola, pais e comunidade.
- Os pais devem compreender que seu comprometimento é de extrema importância. Seu entrosamento com a rotina escolar dos filhos será fundamental para que o aluno faça o dever de casa, frequente as aulas e se dedique com um mínimo de disciplina às atividades.

Nessa linha de colaboração, destaca-se também a relevância da interação escola-escola. Observamos hoje uma barreira entre as escolas municipais e, principalmente, entre as redes municipal e estadual.



# ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA

Deve-se ter em mente que a atividade física foi e sempre será considerada um meio importante na promoção de saúde, valores, disciplina, habilidades de ação, de vivência e de cidadania.

Assim, o desenvolvimento de políticas públicas de esporte para os cidadãos, especialmente os jovens, como forma de cidadania e participação social torna-se algo imprescindível. O jovem de hoje é o futuro e o sucesso da sociedade.

Caberá à nova Administração Municipal coordenar políticas públicas, sócio-esportivas, através de programas, pesquisas, ações descentralizadas, possibilitando parcerias com instituições públicas e privadas. Tais medidas visam a tornar Belo Horizonte referência nacional na promoção da prática esportiva e da cidadania.

## PLANO DE AÇÕES

- Valorizar e capacitar os agentes esportivos (professores de educação física, psicólogos do esporte, treinadores, árbitros.).
- Modernizar e ampliar a estrutura de esportes do Município tendo como parceiros o Governo de Minas, empresas públicas e a iniciativa privada.
- Estabelecer uma comunicação eficiente, articulando a intersectorialidade com a finalidade da prática do esporte e lazer.
- Promover e apoiar atividades físicas e eventos esportivos, valorizando as características regionais e incentivar novas modalidades esportivas.
- Apoiar práticas esportivas e sócio-educativas por profissionais preparados, promovendo saúde e cidadania.
- Levar ao jovem, através do esporte, oportunidades de uma vida mais saudável, de compromisso, disciplina, organização, fortalecendo a sua auto-estima.
- Incentivar a criatividade no jovem como forma de produzir ações esportivas originais e inovadoras.
- Promover pesquisas no campo da Psicologia do Esporte com a finalidade de promover e incentivar o esporte no Município.
- Mobilizar os cidadãos para a prática de esportes e lazer como forma de melhorar a qualidade de vida e prevenir doenças.
- Viabilizar a integração comunitária através do esporte.

### Programa ATLETAS 10

O Programa ATLETA 10 visa a incentivar e motivar os jovens aperfeiçoando suas habilidades físicas e psicológicas, a criatividade, a cidadania, tanto no campo do Esporte quanto na Escola.

- O jovem participante do programa receberá uma bolsa de estudos de qualificação profissional, em reconhecimento ao seu bom desempenho.

- Todos os jovens que integram o programa serão avaliados no seu desempenho escolar e no esporte praticado.

### Programa de Humanização no Esporte

O programa visa à criação, nas regiões mais carentes, de um Centro de Convivência Integrado de Esporte e Cidadania. Os locais para sua implantação serão definidos através de parcerias públicas e privadas e pela comunidade local. Pretende-se, com o programa, levar, à comunidade, um maior conteúdo do esporte e motivá-la para a prática de atividades esportivas solidárias.

- Criar uma visão multidisciplinar da atividade física como forma de manutenção ou reabilitação da saúde, na busca de qualidade de vida.
- Proporcionar à comunidade uma melhor integração, resgatando valores morais e princípios éticos.
- Oferecer, ao idoso e às pessoas com necessidades especiais, atividades que estimulem a satisfação pessoal, a melhora da auto-estima, saúde e bem-estar.
- Proporcionar, ao jovem, um maior envolvimento com o esporte possibilitando, além do conhecimento teórico, práticas de treinamentos de suas habilidades físicas e psicológicas (motivação, concentração, autodeterminação etc.).



# HABITAÇÃO POPULAR

Tendo em vista que determinadas camadas privilegiadas da população possuem melhores condições de acesso ao crédito para a aquisição e reforma de suas moradias, cabe ao Poder Público Municipal concentrar esforços para assegurar o direito à moradia decente para os setores populares.

A política de acesso à moradia será conduzida pelo Conselho Municipal de Habitação com ampla participação da comunidade.

O cadastro de famílias beneficiadas pela política municipal de habitação popular será aprimorado com informações sobre os programas sociais apoiados por fundos comunitários e governamentais.

Os programas de habitação para as comunidades carentes e dos aglomerados terão um avanço de qualidade com as propostas que seguem.

## PLANO DE AÇÕES

### Melhoria de Moradias

- Todos os cidadãos poderão se mobilizar neste programa, onde a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) coordenará a liberação de material e recursos num investimento por moradia de até cinco salários mínimos para famílias com renda familiar de até três salários mínimos. Recursos oriundos do Ministério das Cidades para reformas de casas.

### Construção Habitacional

- Em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Fundo Habitacional do Município serão construídos conjuntos habitacionais. Cada regional terá o seu cadastro de demanda e cadastramento para que o planejamento de construção e metas sejam implantados para o atendimento das famílias e assinaturas de contrato.



# RETROSPECTIVA HISTÓRICA E IMPORTÂNCIA URBANÍSTICA DE BELO HORIZONTE

Primeira cidade planejada do país, Belo Horizonte nasceu a partir da prancheta do engenheiro paraense Aarão Reis, na última década do século XIX. Sob inspiração do positivismo, a planta original refletia o ideal de uma cidade funcional e organizada. Como afirma o jornalista e escritor Cláudio Bojunga, “a Belo Horizonte de Aarão Reis veio na trilha dos ensaios reformadores das cidades européias que tinham procurado reorientar o espaço urbano na busca da modernidade e da universalidade, como a Paris de Hausmann, a Viena dos arquitetos Sitte e Wagner, a São Petersburgo de Pedro o Grande e a Amsterdã de Berlage”(BOJUNGA,2001). Belo Horizonte constitui uma “experiência fundamental na história do urbanismo no Brasil, pela complexidade das iniciativas em que ela implicou, pela escala em que se deu e pela amplitude da mobilização de saberes técnicos que promoveu”(GOMES e LIMA, 1999). A Capital Mineira é um marco urbanístico importante na medida em que “delimita de forma precisa uma nova etapa de concepção de cidade moderna, planejada enquanto desenho e funcionalidade”(LEME, 1999).

A falta, contudo, de continuidade do planejamento inicial e os fenômenos sociais que atropelaram a cidade nos seus cento e dez anos de existência urbanização acelerada, surgimento de uma classe média motorizada, enorme contingente das classes C e D gerado pelo êxodo rural e pelo processo de concentração de renda provocaram o crescimento desordenado e a conseqüente degradação ambiental e deterioração da qualidade de vida urbana. Nesse sentido, “Belo Horizonte espelha, de maneira exemplar, a forma como os grupos sociais dominantes comandaram reformas urbanas e administrativas necessárias à confirmação de sua hegemonia”(PIMENTEL, 1993).

Ao pensar uma cidade que, pela primeira vez no Brasil, não nasceria espontaneamente, o positivista Aarão Reis acreditava ser possível “forçar” a orientação do crescimento de Belo Horizonte do centro para a periferia. A preocupação com a funcionalidade e com a higiene, contrastando com a realidade das cidades brasileiras daquela época, gerou um sistema viário hierarquizado e composto por avenidas e ruas que, por várias décadas, em função dos baixos volumes de veículos e de pedestres trafegando por elas, pareceram demasiadamente largas.

A cidade projetada por Aarão Reis ainda existe, mas é apenas uma pequena “marca” no mapa atual da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As ruas

que foram surgindo fora dos limites da Avenida do Contorno, isto é, fora da área efetivamente planejada da cidade, se desenvolveram buscando se adaptar, muitas vezes sem sucesso, à topografia acidentada da cidade. Vencendo colinas e contornando montanhas, essas ruas se encontraram com as das cidades vizinhas, que nunca foram planejadas e constituíram a terceira maior Região Metropolitana em população existente hoje no país e a oitava da América Latina.

Usando a terminologia do arquiteto, matemático e urbanista, Christopher Alexander, pode-se dizer que o sistema viário da Capital Mineira, para além da Avenida do Contorno, foi se expandindo ao longo dos anos de forma um tanto desordenada, mas de certa maneira atendendo a uma visão de estrutura urbana do tipo “árvore”, fortemente inspirada no *bios* profissional de engenheiros e arquitetos envolvidos em planejamento urbano, inclinados a pensar a cidade sempre de forma ordenada e hierarquizada. As estruturas do tipo “árvore” são aquelas em que as unidades componentes não apresentam superposições, sendo seu relacionamento apenas no sentido vertical e hierárquico, ou seja, as várias “ramificações” em um mesmo nível não se ligam diretamente, mas através de uma ramificação maior, que está num nível “mais elevado” (ALEXANDER, 1973. CINTRA, 1974).

Nesse sentido, o crescimento de Belo Horizonte, bem como de boa parte das metrópoles brasileiras, resultou, fundamentalmente, de um processo de expansão do núcleo central e de absorção gradativa de espaços periféricos. As relações núcleo-periféricas se intensificaram e se orientaram, durante certo tempo, segundo uma estrutura composta de anéis sucessivos, apresentando ciclos de crescimento, de deterioração e de mudanças nos padrões do uso do solo.

O núcleo central, a princípio reduzido e mesclando atividades econômicas e residenciais, foi se expandindo gradualmente mediante a absorção de áreas de expansão e ocupadas por atividades menos produtivas. As áreas residenciais nobres se desenvolveram em torno do núcleo de negócios e as atividades industriais localizaram-se no anel seguinte, aproveitando uma combinação de menor custo da terra e proximidade da mão-de-obra, a qual, vivendo em áreas próximas, gerava um amplo entrelaçamento entre áreas residenciais de baixa renda e atividades comerciais de menor categoria. Com o passar dos anos, este processo de expansão veio gradativamente promovendo a descentralização espacial

das unidades produtivas, de consumo e, até certo ponto, também de decisão.

Como bem assinala o documento Diagnóstico Preliminar do Sistema de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, publicado pela Prefeitura Municipal em abril de 2007, a cidade deverá demandar sempre, diante de suas condições naturais e limitações de território,

articulações com as municipalidades vizinhas para o equacionamento de problemas como abastecimento de água, energia, alimentos. Portanto, tendo em vista razões diversas e significativas, qualquer proposta para o desenvolvimento de Belo Horizonte que ignore a questão metropolitana e regional, na qual a cidade está totalmente imersa, está fadada ao erro e ao insucesso.

## PLANO DE AÇÕES

- Promover uma articulação do Governo do Estado em parceria com deputados federais e ministros mineiros na busca de recursos para concluir duas etapas do metrô de Belo Horizonte.
- Reorganizar e reorientar as ações da BHTRANS, e não extingui-la. A extinção da BHTRANS apenas contribuiria para a fragilização institucional do setor e não para a resolução dos problemas de transporte e trânsito de Belo Horizonte.
- O ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) no transporte público deveria ser reduzido ao mínimo possível. Na realidade, é socialmente injusta a cobrança desse imposto no transporte coletivo urbano. Além disso, os recursos advindos do ISS do transporte coletivo deveriam ser integralmente aplicados na melhoria do sistema, em termos, por exemplo, de pontos de ônibus mais confortáveis e mais bem sinalizados.
- A taxa de gerenciamento cobrada pela BHTRANS e embutida nas tarifas dos ônibus deveria ser, com muita transparência, totalmente aplicada na melhoria do sistema público de transporte. Além disso, trata-se de uma taxa discutível, já que outros serviços públicos estratégicos, como educação e saúde, são oferecidos à população sem “taxas de gerenciamento”.
- A Prefeitura de Belo Horizonte deveria fazer ativamente gestão junto aos governos federal e estadual, bem como junto às Prefeituras de Contagem e Betim, para que o processo de regionalização da gestão do metrô fosse efetivado (com seriedade e pensando no interesse público). O metrô precisa ser gerenciado localmente para que seja possível a existência de um sistema metropolitano de transporte de massa, mas contando com a participação real do governo federal no processo de expansão e modernização da rede. Nenhum sistema de trens urbanos no Brasil (nem mesmo o de São Paulo) pode prescindir do apoio financeiro do governo federal.
- Com a Lei 11.705, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, é preciso disponibilizar serviços de vans atendendo os usuários das regiões de bares e restaurantes. Certamente, os motoristas simpatizariam com a idéia de deixar o carro em casa caso um serviço dessa categoria fosse oferecido.
- A cidade precisa investir prioritariamente em ligações entre bairros e não no aumento da capacidade dos corredores (que geram mais tráfego para a área central e, com isso, mais congestionamento e mais degradação ambiental). Há um tráfego intenso ou tangenciado na área central por falta de ligações viárias entre as diversas regiões da cidade. O Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte (VIURBS), criado com a intenção de tentar reverter o saturamento do trânsito na Capital provocado pela lógica radial - que acaba levando o motorista a passar pelo centro mesmo que esse não seja seu destino final - não saiu do papel. A atual Administração já confirmou que a responsabilidade pela execução da obra ficará a cargo do próximo mandato.
- Precisamos completar o nosso “velho” Anel Rodoviário que hoje interliga grandes regiões urbanizadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Boa parte do intenso tráfego da Avenida Nossa Senhora do Carmo, com direção a Sabará, Caetano Furquim, Baleia, Taquaril e quase toda a região leste, acaba trafegando pelas já congestionadas Avenidas Getúlio Vargas e do Contorno, na Savassi, pela inexistência da alça leste do Anel. O problema que se coloca é que essa obra seria quase completamente construída no Município de Nova Lima, exigindo assim ações de caráter metropolitano, envolvendo inclusive o governo estadual.

# BELO HORIZONTE SUSTENTÁVEL

Reconhecendo a cidade como espaço privilegiado para a construção de políticas capazes de intervir nas dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento, a Organização Mundial das Cidades Unidas e Governos Locais (UCLG), por meio do Programa UN-HABITAT, estendeu para o âmbito local o monitoramento dos Objetivos do Milênio. A Declaração do Milênio foi aprovada pelas Nações Unidas no ano 2000 e os 189 países-membros da ONU, incluindo o Brasil, assumiram um compromisso universal com a erradicação da pobreza e com a sustentabilidade. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) são um conjunto de oito macro-objetivos, incluindo a erradicação da fome e da extrema pobreza, promoção da saúde, saneamento, educação, habitação, igualdade de gênero e sustentabilidade e preservação do meio ambiente (PNUD,2000). Com metas e indicadores precisos, a serem atingidos pelos países até 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade, os ODMs servem como um balizador internacional, legitimando e oferecendo o reconhecimento às prefeituras que se comprometem com esta agenda.

No caso do Brasil, signatário da Cúpula, esta medida revelou-se ainda mais importante, tendo em vista que as políticas identificadas com os ODMs são em maioria de responsabilidade constitucional dos municípios ou por estes geridas. Especificamente, a sustentabilidade insere-se como um dos ODMs a serem alcançados e para o cumprimento desta meta em âmbito municipal, torna-se necessária a inclusão de novas dinâmicas e a construção de políticas articuladas com a qualidade de vida, a produtividade, e a preservação ambiental.

Belo Horizonte vem passando, ao longo de sua origem histórica, por diversas transformações econômicas, sociais e ambientais. Além do mais, administrar uma cidade não é uma tarefa simples, pois se trata de um espaço heterogêneo e complexo onde se confrontam interesses. Ainda, o atual modelo urbano, particularmente as estruturas de trabalho e funções, ocupação dos solos, transportes, produção industrial, agricultura e consumo, têm sido responsabilizados, majoritariamente, pelos problemas ambientais ocorrentes. Surge, portanto, a necessidade de implementação de diretrizes sustentáveis para a preservação da biodiversidade, da qualidade do ar, da água e do solo e que considerem os interesses da presente e das futuras gerações.

Considerando que as cidades têm identidade própria, é necessário que Belo Horizonte identifique suas características naturais e históricas para definir os

seus critérios e prioridades para integrar os princípios da sustentabilidade em sua gestão urbana. O objetivo é tornar BH cidade-modelo, com a cuidadosa construção de sua imagem, amparada no discurso da qualidade ambiental, resultante de um conjunto de intervenções tecnicamente inovadoras e ambientalmente educativas.

O desafio é reduzir o atual cenário do passivo urbano-ambiental que caracteriza a urbanização incompleta e excludente de Belo Horizonte. É necessário estabelecer critérios de acessibilidade, transparência urbana e exploração racional dos recursos naturais para a cidade e área metropolitana. É construir, fomentar e manter uma cultura política de participação dos interessados e criação de consensos. Boa governança para a sustentabilidade requer instrumentos e mecanismos permanentes de gerenciamento cíclico (ex. sistemas e ferramentas) em administração municipal focada para uma efetiva determinação de objetivos, monitoramento, produção de relatórios e melhorias contínuas.

Belo Horizonte pode tomar iniciativas pioneiras que a coloquem como liderança nacional no atendimento aos ODMs, especificamente no tocante às metas ambientais, às condições climáticas, à observância dos seus limites e da capacidade de suporte do ambiente às atividades urbanas. Atualmente, a PBH conta com um Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Eco-eficiência, criado pelo Decreto Municipal 12.362/2006, cujas atribuições, entretanto, se restringem a organizar informações, prestar assessoria e articular políticas ambientais nos órgãos da administração da prefeitura.

A oportunidade está na proposição de uma Política Municipal pelo equilíbrio ambiental em Belo Horizonte, que contemple programas essenciais ao planejamento urbano como o transporte, energia, a disposição de resíduos sólidos urbanos, o tratamento de esgotos e efluentes e mudança do uso do solo, bem como o do dióxido de carbono. E adicionalmente, diretrizes que contemplem a articulação entre as ações do Poder Público Municipal com os diversos segmentos do setor privado; e a cooperação entre Município, Estado e União no desenvolvimento de programas e ações conjuntas.

As ações empreendidas no âmbito da Política Municipal pelo equilíbrio ambiental (a serem definidos em termos de Projeto de Lei) serão orientadas pelos princípios da sustentabilidade, da prevenção e precaução; do acesso às informações ambientais; da participação de todos os cidadãos interessados; da cooperação internacional em programas de intercâmbio tecnológico, ambientalmente adequados. Visam estimular a adoção de metas de redução de emissões de gases do “efeito

estufa “ até 2012, iniciativa pioneira no Brasil, por meio da consecução de alguns objetivos específicos que serão listados adiante.

Em suma, é o início de uma discussão indispensável, para uma cidade do porte de Belo Horizonte. As eleições municipais deveriam estar

ancoradas em iniciativas dessa natureza, assinalando que esses são momentos em que os eleitores ajustam pactos com os governantes. São as oportunidades em que construímos o desenho da cidade e cidadania que queremos estabelecer.

## PLANO DE AÇÕES

### Transporte e uso do solo

- Integrar a gestão do transporte com o planejamento do uso do solo, permitindo à cidade reduzir o trânsito, oferecer mais áreas de lazer e zonas de pedestres no centro da cidade, estimular o uso do transporte público, e prever a construção de ciclovias em áreas urbanas estratégicas;
- Ampliar a oferta de transporte público, por meio da expansão do Metrô e de corredores expressos para ônibus;



### Energia

- Introduzir medidas de eficiência energética na cidade, por meio do aperfeiçoamento do Código de Obras e pelo aumento do uso de energias renováveis, como a captação da energia solar para aquecimento de água, como objeto de Legislação Municipal (que deve dispor sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar em edificações);
- A Prefeitura deverá introduzir os conceitos de eficiência energética e ampliação de áreas verdes nas edificações de habitação popular por ela desenvolvidas;

### Gestão de resíduos

- Implementar programas de incentivo da reciclagem de resíduos urbanos e coleta seletiva, sobretudo

em grandes condomínios e shopping centers. A Prefeitura de Belo Horizonte vem adotando os serviços de coleta seletiva e centrais de triagem, mas são necessários a expansão do programa de coleta e o desenvolvimento de atividades de conscientização da população;

- Adotar programas de inserção social, revertendo o recurso obtido com a venda dos materiais a programas sociais;

### Meios e Instrumentos

- Instrumentos para implementação dessas medidas são, entre outros, incentivos econômicos e financeiros para alteração de matrizes energéticas; incentivos fiscais para o desenvolvimento de projetos de redução e seqüestro das emissões de gases de efeito estufa, a ser estabelecido em Lei específica; a redução de alíquotas de tributos para os empreendimentos adequados e o uso do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que gerará recursos para a implantação de várias medidas; estabelecimento de convênios técnicos entre o Município de Belo Horizonte e outros países, entidades nacionais e internacionais, para o incentivo, financiamento e estudo técnico dos projetos.
- Nesse sentido, torna-se essencial que o poder público, mediante a elaboração de políticas governamentais, passe a priorizar o tema e a adoção de medidas. Não apenas medidas restritivas, mas iniciativas que estimulem o uso de energia renovável, construções mais sustentáveis, aquisição de bens e serviços pelo governo municipal com critérios sócio-ambientais.

# MOVIMENTOS SOCIAIS: AFRO-BRASILEIRO

Belo Horizonte é uma capital multicolorida. Em todos os cantos da cidade, com todos os tons e semitons pulsa uma cultura popular de forte inspiração afro.

Na Belo Horizonte contemporânea milhares de pessoas ainda são vítimas da segregação. Vivem numa sociedade em que os conceitos estão fundados em preconceitos que o poder público tem obrigação de interferir para arbitrar em prol do bem comum.

O relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 Racismo, Pobreza e Violência (PNUD, 2005) fez um levantamento de indicadores brasileiros nas áreas de desenvolvimento humano, renda, educação, saúde, emprego, habitação e violência e concluiu que em todos a situação do negro é desfavorável. O relatório mostra que as diferenças entre brancos e negros apontam em alguns casos uma defasagem de mais de uma geração. A porcentagem de homens negros com curso superior completo, em 2000, era menor que a dos homens brancos de 1980. Do mesmo modo, a taxa de analfabetismo dos negros, em 2000, era maior que a dos brancos em 1980. Os negros apresentavam, em 2000, esperança de vida semelhante à dos brancos de 1991. O estudo aponta também que a taxa de homicídios entre os negros é o dobro da dos brancos.

As cidades brasileiras em geral, como formações sócio-espaciais, refletem essas estatísticas e demonstram como os efeitos do racismo e da pobreza, de forma associada, definem os lugares sociais de negros e não-brancos. Apesar da intensa circulação de mercadorias, bens, pessoas, idéias e valores – as cidades são concentradoras de riqueza e poder e reproduzem práticas racistas seculares que confinam o negro e o não-branco a determinados territórios, depauperados e sem nenhum tipo de presença do poder público. É o que explica, por exemplo, o fenômeno da segregação especial da população negra e não-branca com a formação de favelas, periferias, alagados e cortiços que, no contexto da cidade, estigmatizam os seus moradores. Segundo o relatório do PNUD (PNUD, 2005) o percentual de negros que viviam em aglomerados subnormais (favelas, palafitas e similares) em 1991 (6,6%) era mais que o dobro da dos brancos vivendo nestas condições (3,1%). Em 2000, segundo o PNUD, 2,8% dos brancos e 5,1% dos negros moravam em domicílios precários. Nesses lugares, o poder público, só se faz presente como estado “policial”, ou seja, não chega em forma de direitos em torno da educação, saúde, moradia, cultura etc. A repressão estatal, associada à criminalidade, reflete-se na taxa de homicídios: 46,3% para cada 100 mil habitantes negros e pardos. Em relação aos brancos e amarelos, a

probabilidade de ser assassinado é quase o dobro para os pardos e 2,5 vezes maior para os pretos.

Essas áreas segregadas, por sua vez, sofrem os influxos da especulação imobiliária: a voracidade dos interesses imobiliários, seus empreendimentos e condomínios, definem a migração forçada de negros e pobres para áreas menos valorizadas. Este processo de “faxina étnica” atinge as metrópoles e grandes cidades, com duros reflexos na condição de vida da população negra e é acompanhado por toda uma lógica institucional que, ao reproduzir práticas racistas seculares, invisibiliza os negros e não-brancos no contexto do espaço urbano.

O sistema de ensino público pouco fez em termos da Lei 10639/03 (atual 11645/08) que tem como objetivo incluir nos currículos escolares a cultura e história africana e indígena.

Na área de saúde, ainda não existem estatísticas sobre a situação, em especial, no que diz respeito a doenças como a anemia falciforme com grande incidência sobre a população afro-descendente.

Os centros e espaços de produção de cultura nas periferias e subúrbios são diminutos, sendo que, na maior parte das vezes, os ativistas culturais destas áreas agem por conta própria e sem apoio do poder público municipal.

Os programas de moradia popular (CDHU), assim como os territórios negros das periferias são completamente desprovidos de equipamentos culturais e de lazer. As religiões de matriz africana – candomblé e umbanda – sofrem com a perseguição a sua livre manifestação, num evidente atentado à liberdade religiosa.

A juventude negra é associada à criminalidade e isto, implicitamente, é o que justifica o seu processo de extermínio e violação dos direitos humanos: o poder público não se mobiliza para promover a cidadania e os direitos desta parcela da população que se destaca pela intensa produção cultural e artística através de expressões culturais juvenis (como o hip hop).

A população negra está presente na Capital desde a construção de Belo Horizonte, mas sempre foi relegada às áreas periféricas e às favelas. Assim, o leste da Zona Norte, como Isidoro Norte e Capitão Eduardo, se caracteriza por ser uma das regiões mais pobres, e onde há maior concentração de mulheres e homens negros. A significativa presença de população negra em alguns espaços da região central da cidade se explica pelas áreas de favelas aí incrustadas, como o Aglomerado da Serra, a Barragem Santa Lúcia e o Morro das Pedras. Este, por exemplo, possui o maior número

de indigentes (16,57%) e detém 63,59% de negros e pobres. Enquanto isso, a região centro-sul, com renda mais alta, possui a menor proporção de mulheres e homens negros (menos de 18,3%).

Portanto, é função do poder público municipal promover a visibilidade e os direitos dos afro-descendentes, ou seja, reparar e promover políticas de integração. A cidade possui instrumentos de intervenção nessas áreas e o poder público pode e deve contribuir

para que a universalização dos serviços públicos se combine com práticas anti-racistas através da valorização do negro, como cidadão pleno, assim como de sua cultura.

Para assumir a responsabilidade de inclusão social do negro na política, na educação, no lazer, no esporte e na concentração de identidade de setores marginalizados da comunidade afro de Belo Horizonte propõe-se:

## PLANO DE AÇÕES

- Criação de setor especial para a promoção da Igualdade Racial com o objetivo de desencadear ações afirmativas para garantir igualdade de oportunidades e implantar no município as medidas previstas no Estatuto da Igualdade Racial.
- Regulamentação da Lei 10.639/03 (atual 11645/08), a partir de um amplo debate com educadores (as) e militantes do Movimento Negro, com o objetivo de capacitar educadores, produzir material didático e formar um Centro de Referência da População Negra.
- Formação de Comitês de Bairro de Combate ao Racismo e Valorização da Cultura Afro-Brasileira, representativo dos diversos segmentos locais, com o objetivo de orientar o Poder Público Municipal na formação de programas na área de educação, saúde, moradia, cultura e lazer.
- Investir nas bases como escolas públicas e privadas, incentivando a criação da disciplina que aborda de forma abrangente a História da África e a contribuição dos negros na sociedade brasileira; e o negro dentro da sociedade belo-horizontina.
- Criar mecanismos objetivando inserir os negros no mercado de trabalho, não somente nos níveis mais baixos, mas também nas bases e decisões das empresas e do governo.
- Promover debates e palestras nas empresas, escolas e locais públicos.
- Dialogar com a comunidade a respeito do espaço institucional da Comunidade Negra tendo como patamar as conquistas da juventude e das mulheres.
- Promover Encontro Municipal de Religiões de Matriz Africana para debater iniciativas, junto à comunidade de santo, do poder público municipal para resguardar o direito à liberdade religiosa.
- Valorização das expressões da cultura negra, como o hip hop, samba e maracatu, através da formação de cooperativas de produtores culturais livremente associados, que se estruturam em torno de um Circuito Cultural Afro-Brasileiro.



# MOVIMENTOS SOCIAIS: JUVENTUDE

Na faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos, são mais de cinquenta milhões de brasileiros. Em Belo Horizonte, temos aproximadamente 600.000 jovens que são a parcela da população menos contemplada com as políticas públicas.

Os índices de nossa Capital demonstram que os jovens sofrem mais com o desemprego e, entre os empregados, são os que têm o menor nível salarial. A violência urbana é outra mazela que atinge diretamente a juventude.

No Brasil, entre os jovens de 15 a 17 anos, 60,9% estudam; 21,4% estudam e trabalham e 7,7 % somente trabalham. Os números se alteram quando se trata de jovens de 18 a 24 anos: 30,4% dedicam-se integralmente aos estudos; 31,3% trabalham e estudam e 26,9% são exclusivamente trabalhadores. (IBGE, 2002).

Dados do TRE-MG evidenciaram a apatia dos jovens em exercer sua cidadania através do voto. A

conquista democrática que autorizou o jovem poder votar aos 16 e 17 anos mostrou-se diminuída com os números apresentados de menos de 16000 novos eleitores em BH.

A juventude de Leonardo Quintão e Eros Biondini, por si só, representa o compromisso com os jovens de Belo Horizonte. A intenção é levantar a bandeira do jovem progressista e protagonista.

O PMDB e o PHS são signatários do “Pacto pela Juventude”, juntamente com o Presidente Lula e os mais de 400 mil jovens de todo o Brasil que debateram nas conferências municipais, estaduais e nacionais esta temática tão importante para o presente e futuro do país. É através da força juvenil, como oportunidade única de transformação na Prefeitura de Belo Horizonte, que serão orientadas as propostas para este segmento.

## PLANO DE AÇÕES

- O meio-passe para os estudantes é um compromisso já assumido publicamente.
- A capacitação profissional como forma de encaminhamento para o mercado de trabalho é outra proposta a ser desenvolvida em sinergia entre os sindicatos, associações e representações de trabalhadores e empregadores.
- A saúde dos jovens será contemplada com ações preventivas contra gravidez precoce, DSTs, AIDS, abuso de bebidas, cigarros e outras drogas. Ações em parcerias com universidades, envolveriam jovens estagiários das áreas afins, que iriam às escolas públicas e privadas e até aos jovens em situação de vulnerabilidade social que não freqüentam escola para, através do conhecimento, se conscientizar acerca dos temas.
- Nas áreas de alto risco, a intenção é priorizar o investimento em lazer e cultura popular, criação de bibliotecas e praças de lazer.
- O esporte como saúde, complemento da atividade escolar e como profissão. É preciso trabalhá-lo com esta integração. Criar alternativas com esportes menos tradicionais para a descoberta de novos talentos.
- Formular/Consolidar um Plano Municipal de Juventude para o período 2009 / 2012.
- Ampliar as oportunidades de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação do município, em especial à internet, tendo como ponto de partidas as escolas municipais;
- Aprimorar os programas e iniciativas voltadas aos jovens em conflito com a lei, estabelecendo metas para a efetiva reinserção desse cidadão na sociedade e a conseqüente redução da reincidência de atos infracionais.
- Promover e fortalecer as organizações estudantis e de jovens, contribuindo para o protagonismo político desse segmento da sociedade.
- Assegurar, no Orçamento do Município, recursos para a execução de políticas públicas voltadas à juventude local.
- Promover ações de valorização da diversidade e de inclusão ao jovem com deficiência.
- Construir, ao longo do mandato, centros regionais integrados de cultura, esporte, lazer e turismo para que a juventude não seja vítima do crime, da violência e da marginalidade.

# MOVIMENTOS SOCIAIS: MULHER

A condição feminina, no mundo inteiro, passa por uma grande transformação. No século XX, as mulheres, com muita luta, sepultaram a Idade Média da Servidão.

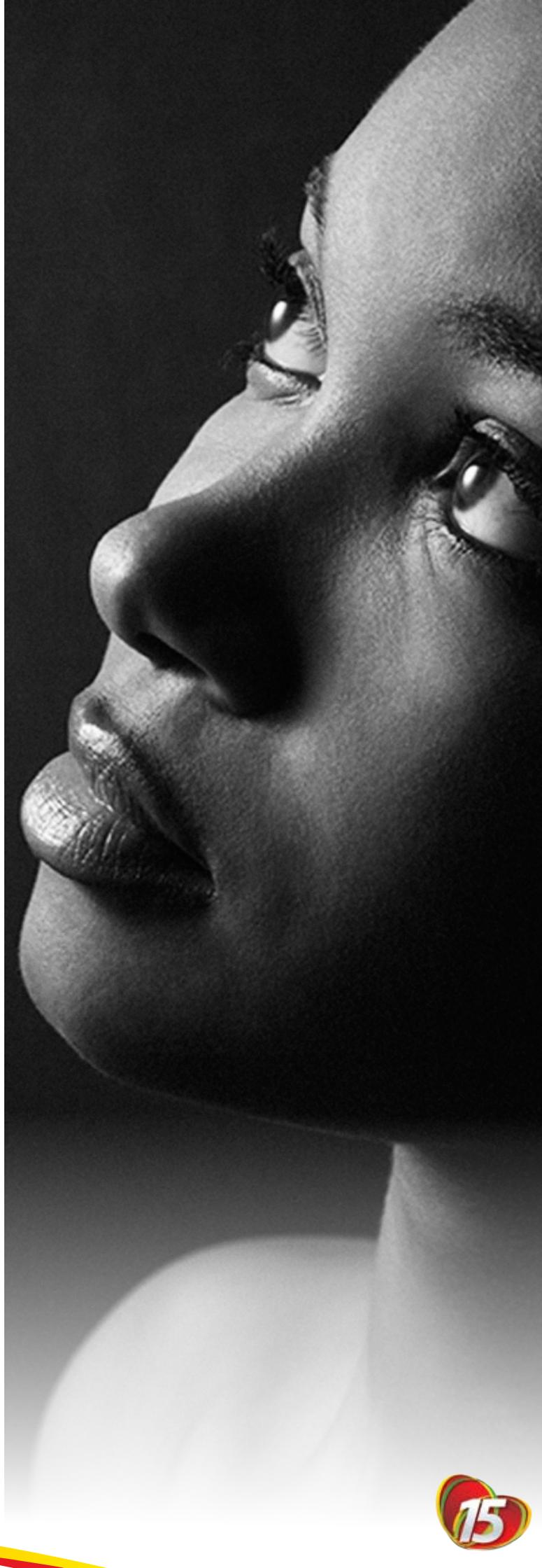
Neste início de século XXI, elas ainda lutam a fim de conquistar novos patamares de qualidade de vida para suas famílias e para a sociedade.

Ainda são poucas as mulheres no cenário político e as eleições municipais de 2008 representam uma oportunidade de chamamento ao sexo feminino para a construção de uma nova agenda social.

Este Programa de Governo possui uma assinalada preocupação com educação, saúde, segurança e desenvolvimento econômico. Em todas as áreas a participação feminina é imprescindível.

## PLANO DE AÇÕES

- Na educação, os governantes se apresentam com uma bela retórica, mas os resultados da educação pública municipal são desastrosos. A escola que não consegue ensinar precisa de uma nova pedagogia. E as mulheres, que estão na linha de frente como educadoras, como profissionais e como usuárias de um sistema municipal de educação, estão convocadas para participar do processo de construção de uma nova escola municipal em BH.
- Na saúde já avançamos muito com o guarda-chuva do Programa Médico da Família. A família é o núcleo mais importante de atendimento das demandas de saúde de nossa gente. Mas a saúde integral da mulher deve ser a prioridade no interior do PSF.
- Nosso programa de segurança é de natureza preventiva. Queremos agir antes do crime, da delinquência e da marginalidade. E toda mãe sabe perfeitamente que a ociosidade é a causadora de todas as mazelas sociais.
- Escola, com acolhimento em tempo integral, desenvolvendo atividades esportivas e culturais não pode ser um sonho revivido apenas em períodos eleitorais.
- Você mulher, mãe, esposa, companheira de luta leve nossa mensagem a outras mulheres e faça valer o seu voto a favor de uma BH mais humana, mais solidária e mais feminina.



# PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA

O PDM - Plano Diretor de Mineração tem como objetivo compatibilizar a atividade de mineração com as atividades existentes ou planejadas para estas regiões, considerando que na elaboração de Planos Diretores Municipais não é levada em consideração a atividade Mineral.

A realização desses projetos é feita em parceria entre o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, e as Secretarias de Planejamento dos Municípios (no caso de Belo Horizonte, conta com 34 municípios, veja abaixo, no item Composição, que seriam beneficiados) e a participação de outras entidades, como: Meio Ambiente, Infra-estrutura, etc.

Minas Gerais é o maior Estado produtor e arrecadador do setor mineral, correspondendo com quase 50% do País; assim, Belo Horizonte necessita de ter um Plano Diretor de Mineração até mesmo devido à atual economia crescente, o que demanda, por exemplo, areia e brita para os projetos em execução como para o PAC do Governo Federal.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, ou RMBH, é a terceira maior aglomeração urbana do Brasil, com uma população estimada de 4.939.053 habitantes em 2007. Seu produto interno bruto (PIB), somava em 2005, cerca de 62,3 bilhões de reais, dos quais aproximadamente 45% pertenciam à cidade de Belo Horizonte.

A RMBH é o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural de Minas Gerais, representando em torno de 40% da economia e 25% da população do Estado.

A Grande BH é ainda o 62º maior aglomerado urbano do mundo e o sétimo maior da América Latina.

## Composição

A RMBH é constituída por 34 municípios: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

## Colar metropolitano

O colar metropolitano é composto por 14 Municípios: Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna

de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Morais, Santa Bárbara, São José da Varginha e Sete Lagoas. Tais Municípios não se encontram conurbados e, oficialmente, não integram a Região Metropolitana.

## Demografia

O crescimento demográfico da RMBH diminuiu nas últimas décadas, embora ainda permaneça superior à média do Estado. O crescimento concentra-se cada vez mais nos municípios periféricos, reduzindo-se ano após ano a participação de Belo Horizonte. A principal explicação para esse fenômeno é o reduzido espaço territorial de BH, que encarece o preço dos terrenos na cidade e leva a população a morar em municípios fora da Capital Mineira.

Desde a década de 1980, Belo Horizonte cresce a taxas bem menores que a média da RMBH. Na década de 1990, enquanto a Capital cresceu apenas 1,1% ao ano, a RMBH cresceu 3,9%.

Os maiores Municípios da RMBH são, em ordem decrescente, Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Santa Luzia, que juntos reúnem mais de 80% da população da Região Metropolitana.

## Economia

A Região Metropolitana de Belo Horizonte possui um Produto Interno Bruto de cerca de 62,3 bilhões de reais. Os setores de comércio e serviços são muito importantes para a RMBH, sendo fortemente concentrados em Belo Horizonte. No ramo industrial, o destaque fica por conta das indústrias metalúrgica, automobilística, petroquímica e alimentícia. A presença do quadrilátero ferrífero na RMBH garante uma participação importante da indústria extrativista mineral no PIB metropolitano. A RMBH é ainda um centro de excelência nas áreas de software e biotecnologia.

A produção econômica é altamente concentrada em poucas cidades. Os Municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem respondem juntos por 84% do PIB da Região Metropolitana. Municípios como Ribeirão das Neves e Ibirité, que abrigam elevados contingentes populacionais, mas não possuem base econômica com a mesma proporção, funcionam como cidades-dormitório da Região Metropolitana.

## Sistema de Gestão Metropolitana

A Região Metropolitana de Belo Horizonte foi

criada em 1973 pela Lei Complementar Federal n.º 14/73, e, atualmente, é regulamentada por leis complementares do Estado de Minas Gerais (LEC n.º 88/2006 e (LEC n.º 89/2006).

Dos 34 municípios da RMBH, apenas 13 estão efetivamente conurbados, o que leva alguns especialistas a defenderem uma redução do número de cidades pertencentes à RMBH. Outros argumentam que alguns municípios não-conurbados são responsáveis por funções de interesse comum como a preservação de mananciais, devendo, portanto, fazer parte de tal região.

A instituição oficial de uma região metropolitana visa a propiciar mecanismos de gestão metropolitana das funções públicas de interesse comum dos 34 municípios que a compõem, tais como o saneamento básico, o transporte público, o planejamento territorial, a habitação, a saúde e a educação.

A Constituição Federal determina, em seu art. 25, § 3º, que cabe aos estados gerenciar em conjunto com os municípios os serviços e atividades de interesse supra-municipal nas regiões metropolitanas.

A legislação da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi reformada em 2006 pelo Estado, por meio de uma Emenda à Constituição Estadual. Minas Gerais foi o primeiro Estado do país a criar o conceito de “cidadão metropolitano” em sua legislação. O sistema de gestão compartilhada é composto pela Assembléia Metropolitana, pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento, pela Agência de Desenvolvimento e por todos os órgãos e entidades estaduais, municipais e privadas que executam funções públicas de interesse comum. A sociedade civil, em uma Conferência que ocorre de dois em dois anos, elege dois representantes dos cidadãos metropolitanos para o Conselho Deliberativo.



## PLANO DE AÇÕES

- O Plano Diretor de Mineração tem como objetivo disciplinar o aproveitamento das substâncias minerais, principalmente as de grande alcance social, como as matérias-primas usadas na construção civil. Atualmente, estes instrumentos de ordenamento territorial têm importância ainda maior pela acelerada expansão urbana nas regiões metropolitanas brasileiras, com o acirramento da disputa na ocupação do solo e os efeitos de degradação ambiental relacionados.
- O PDM - Plano Diretor de Mineração também é um instrumento de fiscalização do DNPM, autarquia federal que tem as atribuições de ordenamento legal e fiscalização da atividade mineral no Brasil, para o gerenciamento e execução de seus programas nas regiões metropolitanas.
- Assim, os principais objetivos do PDM são: subsidiar as políticas do setor mineral, a fiscalização e regularização da mineração informal; integrar a mineração nas ações de planejamento da RMBH – Região Metropolitana de BH.
- Com o PDM pretende-se ainda preservar reservas minerais em áreas potenciais para mineração, visando a garantir o suprimento futuro de bens minerais, principalmente os de uso na construção civil, vocação da região metropolitana e a necessidade estratégica de desenvolvimento da sociedade, como o PAC do Governo Federal.
- Em Curitiba, uma pedreira na região metropolitana foi transformada em um centro de eventos, o Parque Ibirapuera, em São Paulo já foi uma extração de areia. Em Belo Horizonte, temos o Parque das Mangabeiras que foi uma mineração, mas temos ainda várias extrações abandonadas de pedreira e areia que podem ser aproveitadas, criando, por exemplo, criando áreas de centros esportivos, praças, centros de eventos, etc.

Não há como fazer uma proposta ideal para uma melhor atenção à saúde em Belo Horizonte sem focar a Região Metropolitana.

Grande parte dos problemas caracterizados pela superlotação dos Centros de Saúde, UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) e Hospitais de Urgência e Emergência da Capital deve-se ao atendimento do entorno (Região Metropolitana), cujo sistema é ainda muito mal organizado e deficiente. A própria capital ainda tem um sistema de atenção primária pouco resolutivo, mesmo tendo melhorado muito nos últimos anos. Há problemas com falta de pessoal, de medicamentos básicos, exames especializados e baixa capacidade de resposta aos procedimentos eletivos, principalmente cirúrgicos.

Se acrescermos a isso um financiamento inadequado e pequeno, principalmente por parte dos Governos Estadual e Federal, a situação fica longe do ideal, levando a população, provavelmente, a colocar os problemas de saúde como a sua grande prioridade numa futura administração.

Há, hoje, cerca de 20.000 procedimentos

eletivos na fila de espera (consultas especializadas em oftalmologia, otorrinolaringologia, cardiologia, neurologia, ortopedia, cirurgia de varizes, cirurgia de vesícula, cirurgia de hérnia, cirurgia da catarata, órteses e próteses, mormente joelho e quadril).

A rede de saúde municipal da Capital conta, atualmente, com 146 unidades básicas de saúde, 7 Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), 4 Postos de Atendimento Médico (PAM's) e cerca de 530 equipes de saúde da família para uma população aproximada de 2,5 milhões de habitantes.

Mesmo com essa infra-estrutura, o sistema acumula inúmeros problemas como a falta de profissionais médicos nas equipes de Saúde da Família e unidades de atendimento. São mais de 50 mil consultas especializadas reprimidas, cuja demora no atendimento, em alguns casos, chega a dois anos. Há uma carência de 650 leitos de urgência e faltam remédios nas unidades de saúde.

Nessas circunstâncias, um Programa de Saúde para Belo Horizonte deve se assentar nas seguintes propostas.

## PLANO DE AÇÕES

### ATENDER BEM

O programa Atender Bem tem como pontos principais:

- Ampliação do número de profissionais médicos através de concurso público para suprir os déficits nos quadros do setor.
- Garantir a informatização de todas as unidades da rede e disponibilização de prontuário eletrônico único com as informações dos cidadãos disponíveis em toda rede de atendimento, ampliando o controle sobre a situação de saúde da população, evitando desperdícios e otimizando a dispensação de medicamentos.
- Implantação de farmácias populares municipais para dispensação de medicamentos em pontos de grande fluxo de pessoas.
- Mutirão, incluindo especialistas fora da rede pública, para normalizar o atendimento acumulado de mais 50 mil consultas especializadas, cuja demora chega a dois anos.
- Garantir que as consultas de retorno sejam feitas pelo mesmo médico da primeira consulta.
- Entregar os resultados de exames e medicamentos de uso contínuo em domicílio, evitando o deslocamento desnecessário e as filas nas unidades de saúde.
- Implantar Programa de Assistência Odontológica básica nas escolas e unidades de saúde.
- Construção da Unidade de Pronto Atendimento na Região Noroeste.
- Implantar mais cinco Postos de Atendimento Médico (PAM's) para que haja um em cada Regional.
- Eliminar o déficit de 650 leitos de urgência que penaliza os belo-horizontinos que dependem do Sistema Municipal de Saúde.
- Programa de saúde visual e auditiva, voltado prioritariamente à população escolar
- Ampliar a infra-estrutura e a capacidade do Hospital Odilon Behrens.
- Garantir o transporte adequado para os pacientes em tratamento de hemodiálise e quimioterapia.
- Implantar o laboratório de prótese dentária e viabilizar a oferta de prótese odontológica.
- Implantar o atendimento aos usuários dependentes de álcool e drogas no município;
- Manter a implementação do projeto de saúde mental;
- Viabilizar informação ágil para monitoramento da rede de assistência através da valorização do saber popular e promover sua escuta da população através de Ouvidorias.
- Ampliar o transporte sanitário e distrital;
- Agilizar / otimizar a manutenção de equipamentos;
- Modernizar os equipamentos de raios-X das UPA's;

- Implantar o serviço de urgência em ortopedia na região Barreiro;
- Reduzir o tempo de espera dos “pacientes verdes”.
- Construção do Pronto Socorro na região do Barreiro para assegurar a descentralização dos atendimentos de emergência.



# TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

## Contextualização do Setor

O setor de Tecnologia da Informação é, certamente, um dos segmentos econômicos mais promissores, dinâmicos e importantes de qualquer sociedade, especialmente nos dias de hoje.

Há grande demanda por mão-de-obra qualificada, alimentada pelo desenvolvimento de soluções, com a geração de inúmeros postos de trabalho a exemplo da terceirização no Brasil ou no exterior.

Cada vez mais empresas de todos os segmentos têm investido em mercados emergentes, especialmente em tecnologias da informação e comunicação. Principalmente no atual momento que se vive, em que a convergência tecnológica (TI + Telecom + Radiodifusão) proporciona novos empreendimentos e modelos de negócio, gerando, sobretudo, novas oportunidades.

Mas, para que tal perspectiva alcance seu potencial é preciso refletir sobre as políticas e diretrizes relacionadas às empresas e aos profissionais deste segmento no País. Em Belo Horizonte, temos visto muitos projetos, mas poucas ações práticas e o envolvimento da comunidade.

## Relevância Local (Sócio-Econômica)

Segundo Publicação da Revista B2B Magazine, “Belo Horizonte reúne, aproximadamente, 2 mil empresas de Tecnologia da Informação, das quais 80% são de micro e pequeno portes, de acordo com dados do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados, Informática, Software e Serviços em Tecnologia da Informação (Sindinfo). Estima-se que, deste total, aproximadamente mil empresas sejam desenvolvedoras de softwares.

E, ainda, o setor representa a terceira maior arrecadação de ISS de Belo Horizonte, baixo índice de mortalidade precoce - 93% das empresas permanecem no mercado por mais de dois anos - e elevados níveis de diversificação e inovação de produtos e serviços, tendência que deve ser ampliada em função da demanda crescente do mercado por soluções cada vez mais específicas.” O setor é também um dos que mais emprega e gera renda.

Apesar da sua importância e relevância, as políticas públicas municipais visando à integração e ao fortalecimento do segmento ainda são muito tímidas, ou inexistentes.

## Problematização

Em âmbito nacional

Segundo a Assespro Nacional, até o momento, apesar de o setor estar incluído na política industrial do governo federal como um dos setores prioritários, pouco ou nada se fez de concreto para a indústria de software. Sabe-se que as empresas locais perdem competitividade, resultado da carga tributária, encargos trabalhistas e indefinições na legislação.

Em âmbito nacional, as entidades de classe têm intervindo fomentando oportunidades e criando espaços para melhoria. Vale ressaltar alguns incentivos concretos que estão sendo sugeridos: além da revisão da tributação e sistema trabalhista, incluem-se nas reivindicações incentivos e financiamentos aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos, a criação de uma rede de promoção de produtos nacionais no exterior, a criação de programas de formação de mão-de-obra, entre outros.

Uma cidade da importância de Belo Horizonte, com inúmeras entidades reconhecidas não só em Minas, mas no Brasil e no exterior (a exemplo da UFMG), não pode deixar em segundo plano a construção de um ambiente propício e adequado para fortalecimento deste segmento.

## Compras Públicas

Como têm divulgado as entidades de classe, o tema “Compras Públicas”, destaca o papel do governo não apenas como um órgão regulador, mas também como direcionador de tendências e comprador estratégico.

Há a necessidade de aperfeiçoamento das especificações na contratação de produtos e serviços de TI e o envolvimento da comunidade local.

Um bom exemplo em Belo Horizonte foi a recente licitação (2007) realizada pela PBH para compra de equipamentos para o programa BH Digital: as empresas vencedoras eram, em sua maioria de outros Estados, como a WNI do Paraná.

A grande maioria dos empresários e profissionais belo-horizontinos nem conhecem o programa BH Digital. Um programa deste porte não deve ser implantado sem a participação ativa da comunidade.

## Capital Humano

Quanto ao tema “Capital Humano”, os estudos das entidades demonstram déficit na formação dos profissionais e no próprio mercado de trabalho.

Segundo recente matéria (Assespro Nacional e Estudo da Fumsoft), 89% das instituições de ensino são privadas e muitos estudantes acabam não tendo condições de concluir seus cursos. Além disso, muitas vezes as grades curriculares não atendem as necessidades do mercado.

É consenso ser importante aprimorar o ensino superior, incentivar a capacitação dos alunos desde o 2º grau, além de construir uma política de estado eficaz.

É sabido que o setor de tecnologia é uma fonte preciosa de empregos e que o ensino brasileiro precisa ser melhorado desde a sua base, para que, no futuro, esses estudantes se tornem profissionais qualificados.

As estimativas atuais indicam que, considerando todo o setor de Tecnologia da Informação, o déficit de mão-de-obra qualificada já chega à marca de 50 mil profissionais.

E pergunta-se: O que a prefeitura tem feito quanto a essa situação? Belo Horizonte tem de ser um celeiro de profissionais que devem ser capacitados desde cedo e de acordo com a demanda das empresas. Pretende-se qualificar os jovens das comunidades carentes, dando-lhes treinamento profissionalizante de acordo com a demanda das empresas de TI, de modo a promover a inclusão social.

E a cada jovem treinado resgata uma família inteira de sua situação de exclusão e as empresas passam a ter colaboradores dedicados e fiéis.



## PLANO DE AÇÕES

Antes de mais nada, é importante dizer que o foco deste Programa será atacar o problema na raiz: Criar mecanismos de relacionamento do setor com a prefeitura e fortalecimento das entidades de classe e dos profissionais. Estes devem dispor de meios para participar do dia-a-dia dos órgãos fomentadores das políticas e diretrizes públicas na área de tecnologia.

Assim, o Estado, quando está cercado por quem mais entende do assunto, se fortalece. O setor e a sociedade também se fortalecem na medida em que passam a participar ativamente das políticas públicas.

### Criação da Câmara Municipal de TI

Desse modo, nosso Programa de Governo prevê a Criação da Câmara Municipal de TI, com a participação de representantes da Prefeitura relacionados ao setor e representantes das Entidades de Classe. O objetivo da Câmara Municipal de TI será discutir as políticas públicas para a área, os projetos para a cidade,

planejar as ações, recebendo as contribuições dos representantes na implementação das diretrizes públicas. Os trabalhos da Câmara Municipal de TI deverão manter uma freqüência periódica de acordo com a demanda levantada tendo como pauta obrigatória:

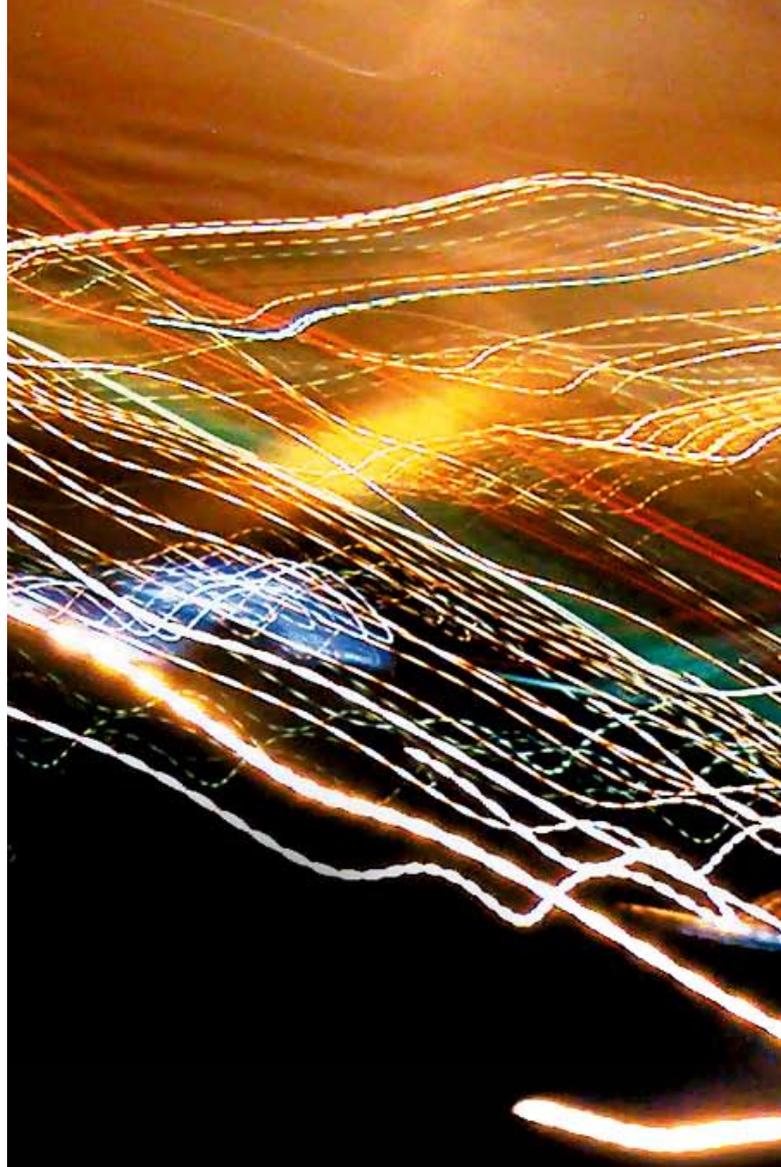
- Central de Convênios, que terá por objetivo analisar os diversos serviços e facilidades prestadas pelas entidades de classe e verificar a possibilidade de criação de convênios junto à Administração Pública Direta e Indireta, a exemplo das Centrais de Estágios, Levantamentos de Pesquisas, Demandas de Capacitação, etc. A Central de Convênios se reunirá mediante demanda específica das entidades ou da Câmara Municipal de TI.
- Compras Públicas, que terá por objetivo verificar os projetos de modernização e investimento tecnológico no Município de Belo Horizonte, buscando obter informações sobre as diversas tecnologias e possibilidades locais junto às entidades de classe, bem como servindo como um comprador estratégico para o desenvolvimento do setor local.

- Central de Capacitação, que terá como objetivo principal monitorar as demandas do setor de tecnologia, e fomentar a capacitação de profissionais para o mercado de trabalho. Os recursos financeiros para a capacitação serão obtidos junto ao Governo Federal nos programas de inclusão digital e social. O projeto será a amplificação do programa Cidadão Digital, já iniciado através de uma parceria com o CDL Minas e outras entidades de classe. Em resumo, visa: (1) levantar a demanda de trabalho, (2) cadastrar as empresas e incluí-las nos projetos de inclusão digital, (3) capacitar a população das comunidades carentes adjacentes às empresas, (4) incluí-las no mercado de trabalho preenchendo a demanda levantada.
- Central de projetos: Onde empresários e profissionais poderão submeter projetos para avaliação e apoio pela municipalidade. Os recursos virão também do FUMTEC, o primeiro fundo tecnológico municipal para o setor de TI que será criado. A central de projetos também trabalhará para valorizar os projetos junto às Incubadoras de empresas.

### **Criação do Fundo Municipal de Tecnologia**

Não há desenvolvimento sem incentivo tecnológico. O Fundo Municipal de Tecnologia terá como objetivo fomentar projetos inovadores que sejam aplicados no âmbito do município de Belo Horizonte. O objetivo é destinar 1% da arrecadação de ISS do setor de tecnologia para que seja revertido para o próprio segmento.

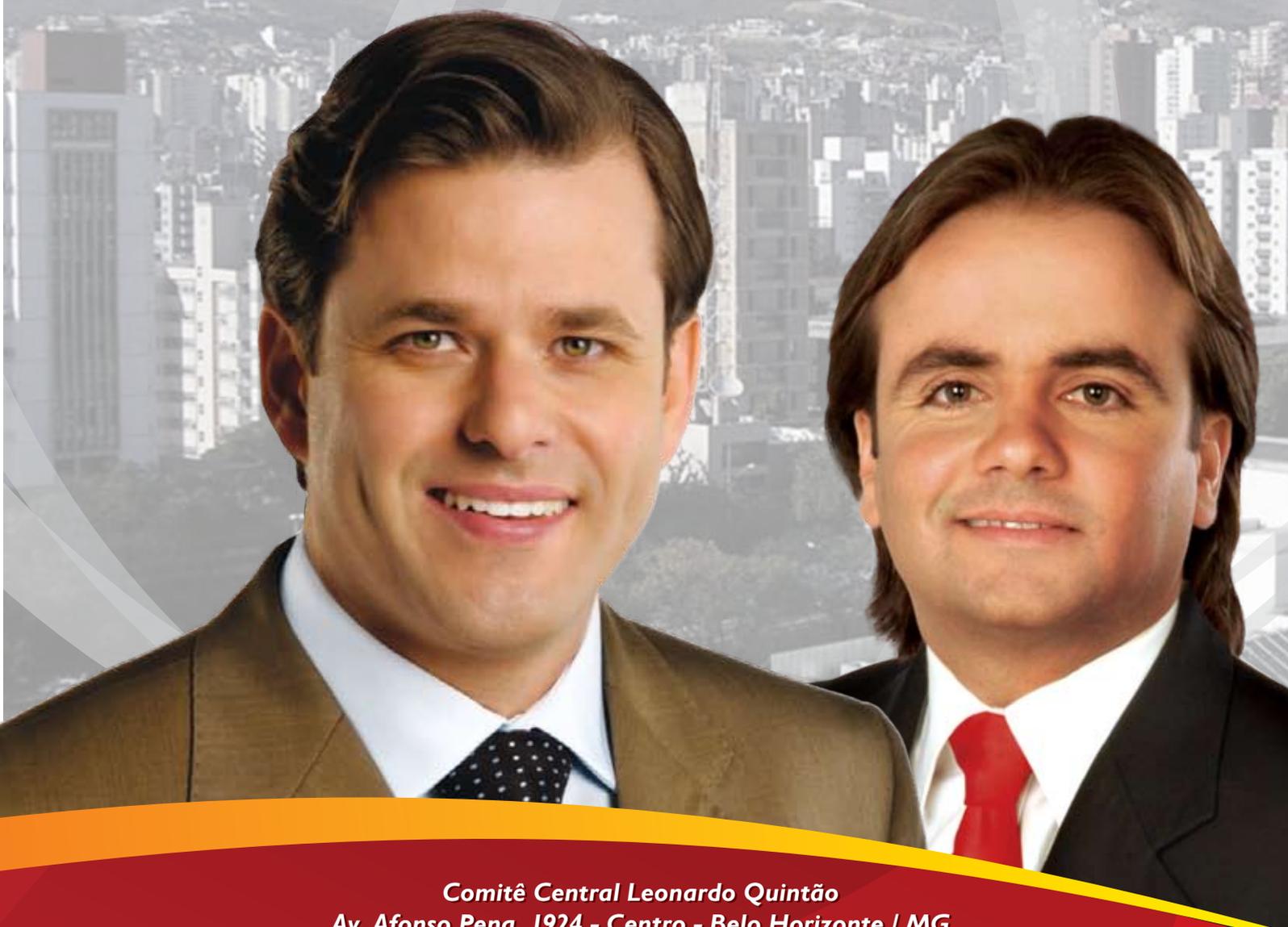
A aplicação destes recursos se dará principalmente para impulsionar a capacitação dos profissionais de acordo com as demandas das empresas e o desenvolvimento de projetos inovadores (central de projetos e incubadoras).



PARA PREFEITO

# LEONARDO QUINTÃO

*Vice Eros Biondini*



Comitê Central Leonardo Quintão  
Av. Afonso Pena, 1924 - Centro - Belo Horizonte / MG  
CEP: 30130-005 / Fone: (31) 3274-1541

[WWW.LEONARDOQUINTAO15.COM.BR](http://WWW.LEONARDOQUINTAO15.COM.BR)